

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL PPGED-MP**

PAULA ETYELE BARROS DE SOUSA

**POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: GOVERNANDO OS
“TEMPOS DE APRENDER”**

**OSÓRIO
2022**

PAULA ETYELE BARROS DE SOUSA

**POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: GOVERNANDO OS
“TEMPOS DE APRENDER”**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa L4 - Educação, Culturas, linguagens e práticas sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana

OSÓRIO

2022

Catálogo de Publicação na Fonte

S725p Sousa, Paula Etyele Barros de.

Política nacional de alfabetização: governando os “tempos de aprender”. / Paula Etyele Barros de Sousa. – Osório, 2022.

75 f.

Orientadora: Rochele da Silva Santaiana.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Educação, Unidade de Litoral Norte – Osório, 2022.

1. Programa Tempo de Aprender. 2. Política Nacional de Alfabetização. 3. Governo. 4. Formação docente. I. Santaiana, Rochele da Silva. II. Título.

PAULA ETYELE BARROS DE SOUSA

**POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: GOVERNANDO OS
“TEMPOS DE APRENDER”**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: ___/___/_____, pela banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rochele da Silva Santaiana (PPGED-MP/UERGS)

Prof.^a Dr.^a Sandra Monteiro Lemos (PPGED-MP/UERGS)

Prof.^a Dr.^a Rita Cristine Basso Soares (PPGED-MP/UERGS)

Prof.^a Dr.^a Thaise Silva (PPGEdu /UFGD)

AGRADECIMENTOS

O Exercício de encontrar as palavras adequadas para agradecer àqueles que foram meus parceiros nesta escrita é com certeza a etapa mais difícil de ser construída neste trabalho. Em poucas palavras não conseguirei certamente demonstrar todo o carinho, admiração e respeito que tenho por vocês. Quero iniciar agradecendo primeiramente àquela que acolheu minha vontade de saber com muito carinho e paciência, que apostou e me incentivou durante esse processo, tornando a escrita dessa dissertação possível. Ela que ultrapassa de maneira humana o papel de orientadora tamanha sua generosidade e que se mostrou uma amiga sensível, sempre ouvinte às minhas aflições, sempre trazendo um puxão de orelha junto à compreensão nos momentos que precisava. A você minha querida orientadora, Rochele da Silva Santaiana, meu agradecimento mais que especial e minha admiração. Agradeço a confiança, o incentivo e a oportunidade de poder compartilhar e aprender tantas coisas contigo! Desejo que a relação sincera e carinhosa que construímos se fortaleça ao longo da vida!

Agradeço as professoras Sandra Lemos, Rita Basso e Thaise Silva que aceitaram compor a Banca de Qualificação e de Defesa desta dissertação. Obrigada por aceitarem o convite, pela leitura atenta, pela conversa e pelas contribuições que aprimoraram a escrita e as discussões deste trabalho.

Aos meus colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Integral e currículo: dispositivos e configurações dos tempos e espaços escolares / GPEIC coordenado pela professora Rochele Santaiana, em especial os que trilharam caminhos por mais tempo comigo a Andréia, Alex, Jaqueline com os quais formamos uma grande rede de conexões e compartilhamento de saberes e sentimentos durante toda essa caminhada.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/ MP, aos colegas e aos professores que tive prazer de conhecer no Mestrado, obrigada pelas discussões e aprendizados compartilhados durante as disciplinas.

E, por fim, não poderia deixar de dedicar também esse momento à minha amada família: minha mãe, meu pai, meu irmão e meu esposo. Vocês são os meus melhores amigos, meus alicerces, os maiores e melhores presentes que

tenho na vida. À minha mãe Maria Erlinda e ao meu pai Paulo Afonso agradeço pelos primeiros ensinamentos, vocês foram meus primeiros professores! Junto com vocês, aprendi a ser uma pessoa honesta, dedicada e responsável. Agradeço por vocês entenderem as minhas ausências, pelo zelo, incentivo e apoio que me dedicam até hoje, em cada atitude e em cada carinho. A vocês, meus maiores e mais belos exemplos, toda minha admiração e reconhecimento pelas pessoas que são, por deixarem tantas vezes de pensarem em vocês para não me deixar faltar nada. Espero estar conseguindo retribuir tamanho amor que vocês têm por mim. Obrigada pelo tempo que dedicaram e dedicam a mim, por serem meu porto seguro, por me acolherem sempre com muito amor em qualquer situação da vida, por vibrarem sempre pelas minhas conquistas. Sem tudo isso elas jamais se tornariam possíveis! Amo vocês! Ao meu irmão, meu melhor amigo, Patrick Barros, meu agradecimento amoroso e cheio de carinho. Tu fazes parte de todas minhas conquistas! Serei eternamente grata! Te amo! Ao meu esposo, sempre muito companheiro, dedicado e compreensivo! Foste e sempre serás meu maior incentivador. Te agradeço por ser parte fundamental na construção deste trabalho. Contigo aprendo todo dia. Agradeço pelos momentos de compreensão pela minha ausência, pela rotina diária, pela preocupação em cuidar de mim, por me ajudar a construir planos e acreditar em todos eles.

Para encerrar, agradeço aos demais amigos que acompanharam minha trajetória e me apoiaram durante a construção deste trabalho. Agradeço à Universidade Estadual do Rio Grande – UERGS, minha segunda casa, meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho procura entender, problematizar e discutir os processos que produziram o Programa Tempo de Aprender como processo formativo integrado a Política Nacional de Alfabetização. Justifica-se o estudo por integrar um conjunto de ações que se voltam as docentes da Educação Básica de todo país. Para tal, esta pesquisa parte-se de um problema inicial: Como a Política Nacional de Alfabetização pode estar constituindo estratégias de governo da formação docente por meio do programa Tempo de Aprender? O objetivo geral da pesquisa visa investigar e reconhecer as estratégias lançadas pelo programa Tempo de Aprender que podem gerar o governo da formação docente e apresentamos como objetivos específicos: Conhecer as discursividades instituídas pela política nacional da alfabetização e que sustentam as ações instituídas no Programa Tempo de Aprender; Analisar que estratégias de governo são operadas pelo programa Tempo de Aprender inserido da Política Nacional de Alfabetização, nos documentos regulatórios e normativos; Evidenciar através dos documentos do Tempo de Aprender as formas de subjetivação que irão procurar governar a ação docente e Apresentar por meio de uma ferramenta contemporânea uma discussão sobre alfabetização e o programa Tempo de Aprender. Partindo da problematização do estudo foi explorada a noção de governo na formação docente enquanto ferramenta teórico-metodológica, tomando como superfície de análise os documentos regulatórios e normativos; evidenciando nos documentos do Tempo de Aprender as formas de subjetivação que irão procurar governar a ação docente; apresentar por meio de uma ferramenta contemporânea uma discussão sobre alfabetização e o programa Tempo de Aprender. Metodologicamente é um estudo que realiza uma análise dos documentos da política e do referido programa, tomando-os como corpus empírico para análise. Considera-se que a ação da Política Nacional de Alfabetização foi estratégica enquanto política que permitiu as condições de possibilidades para que por meio do Programa Tempo de Aprender operam o governo da docência de alfabetizadores nos anos iniciais.

Palavras-chave: Programa Tempo de Aprender; Política Nacional de Alfabetização; Governo; Formação Docente.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA - Avaliação Nacional da Alfabetização

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

AVA- Ambiente virtual de aprendizagem

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONABE - Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

EAD- Ensino a distância

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GT- Grupo de Trabalho (grupo de pesquisadores que elabora a PNA)

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAIC - Programa de Alfabetização na Idade Certa

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PMALFA - Programa Mais Alfabetização

PNA - Política Nacional de Alfabetização

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE - Plano Nacional de Educação

PROFA - Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

PT - Partido dos Trabalhadores

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEALF- Secretaria de Alfabetização

SORA - Sistema On-line de Recursos para Alfabetização

SUMÁRIO

1 APRESENTANDO A PESQUISA	10
2 PRIMEIROS CAMINHOS DA PESQUISADORA.....	11
2.1 DAS PROBLEMATIZAÇÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	15
2.2 ESTADO DO CONHECIMENTO	177
3 MÉTODO DA PESQUISA: ANALISANDO, DESCRREVENDO E ORGANIZANDO OS TEMPOS	29
3.1 CAMPO TEÓRICO METODOLÓGICO DA PESQUISA	30
3.2 FERRAMENTAS TEÓRICO ANALÍTICAS DA PESQUISA: GOVERNAMENTO E INSPIRAÇÃO NA ANÁLISE DAS DISCURSIVIDADES .	33
4 POLÍTICA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO	37
4.1 A ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM CIÊNCIA: A INSTITUIÇÃO DO DISCURSO DA CIÊNCIA COGNITIVA E NEUROCIÊNCIA.....	39
5 SOBRE O TEMPO DE APRENDER: ENTENDENDO O PROGRAMA.....	46
5.1 O GOVERNAMENTO PELA FORMAÇÃO	51
5.2 SUBJETIVAÇÃO DOCENTE	58
6 PROPOSTA DE PRODUTO: PODCAST	64
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXO.....	75

1 APRESENTANDO A PESQUISA

Antes de falar sobre a efetiva pesquisa quero salientar a importância das leituras e discussões que participei nas aulas da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, desde a graduação até aqui no curso de Mestrado Profissional em Educação, pois nessa caminhada nasceu essa pesquisadora com sede de questionar e investigar, sempre em constante procura pelo conhecimento. Foi a partir destes momentos de estudo que pude assumir a posição onde me encontro hoje, construí a minha identidade enquanto pesquisadora que gosta e utiliza das literaturas de Michel Foucault como inspiração.

Apresento como tema deste estudo o Programa Tempo de Aprender e suas estratégias de governamento docente, trazendo a Política Nacional de Alfabetização como pano de fundo da discussão, para isso, se faz necessário efetivar e aprofundar este estudo principalmente em função do momento pandêmico que trouxe um cenário de incertezas e que desconfigura o modo como as escolas se organizam, planejam e atuam, isso produziu um momento muito delicado para a educação em geral.

Este estudo trouxe muitas incertezas no momento de seu planejamento, porém ao passar do tempo foram se constituindo ferramentas que possibilitaram a efetivação desta pesquisa, principalmente com o amadurecimento desta investigadora.

A seguir, descrevo minha trajetória acadêmica como um fragmento importante da minha caminhada, da construção e da motivação dessa pesquisa, sendo está o resultado das construções que realizei ao longo da minha jornada acadêmica.

2 PRIMEIROS CAMINHOS DA PESQUISADORA

“Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação não é aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e refletir” (MICHEL FOUCAULT, 2000).

Para evidenciar minha trajetória acadêmica como discente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-MP), bem como meus caminhos profissionais como pedagoga, gostaria primeiramente de voltar a alguns anos, quando também na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul ao iniciar o alinhamento para o trabalho de conclusão de curso, decidi por pesquisar sobre o ciclo de alfabetização. Me recordo que por muito tempo pensei em várias temáticas para pesquisar e a cada ano eu trocava de tema, isso se deu pela vivência acadêmica e pelas diversas experiências por mim vividas nos cinco anos de graduação.

Por muitas vezes me questioneei se estava contente com a profissão e com a escolha que fiz, do mesmo modo, pensava quais seriam os rumos que minha vida tomaria após a conclusão, novos caminhos, novas experiências e como eu seria enquanto docente e alfabetizadora. Minha intenção sempre foi ingressar em uma profissão que eu pudesse ter uma estabilidade econômica que me fizesse ter uma vida tranquila, nesta busca conversei com um familiar próximo que acabara de ingressar no curso de Pedagogia da UERGS-Alegrete que tirou todas minhas dúvidas e me convenceu de ser uma boa escolha.

Naquele momento, ficou claro que eu teria afinidade com a educação, isso ficou nítido já na minha primeira experiência de estágio em uma Escola de Educação Infantil onde me vi em uma sala com 22 crianças de idade de 3 a 4 anos, aos quais eu deveria cuidar, zelar pelo seu bem-estar e principalmente cumprir o papel de juntamente com a professora contribuir e incentivar no processo de ensino e aprendizagem. Gradativamente, eu, as crianças e o ambiente fomos nos habituando e fomos criando laços de afeto e cumplicidade,

de repente eu já achava maravilhosa qualquer ação deles, ou algo que eles descobriam e aprendiam a fazer sozinhos.

Quando se esgotou o tempo de estágio nesta escola, me vi sem trabalhar e logo tive que aceitar uma proposta de trabalhar em outro ramo devido à situação financeira. Nesta fase da graduação, não pude participar de muitas atividades complementares. O tempo que eu tinha, eram as madrugadas e nelas eu ficava elaborando relatórios, resenhas, projetos, trabalhos e depois planejando um dia antes o que faria no dia seguinte no primeiro estágio curricular obrigatório.

Cerca de um ano e meio trabalhei no ramo do comércio, nesse período não pude me dedicar às atividades de pesquisa e/ou extensão, estas que tanto me envolvia e que me identifiquei desde o início da graduação. Ao me desligar do emprego na farmácia me inscrevi para seleção do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, fui selecionada e participei das formações e atividades in loco do programa e isso ajudou muito em minha jornada acadêmica. Nesta experiência como docente, mesmo que por poucas horas, foram momentos riquíssimos no qual pude experimentar todas as fases que um professor de anos iniciais passa, como planejar, executar e avaliar, bem como vivenciar os efeitos dessas atividades nos processos de ensino/aprendizado dos educandos.

Já na experiência do estágio curricular em Anos Iniciais trabalhei com uma turma de primeiro ano onde tinha um aluno com TEA (Transtorno do Espectro Autista), lembro que isso me marcou pelo fato de estarmos discutindo temas de inclusão em sala de aula e ainda termos tantas dúvidas e inquietações sobre o tema. Foi nesta mesma época que entrei em contato com o projeto de pesquisa da professora Rochele Santaiana, que havia uma proposta de temática tão diferenciada, que incluía um bloco de inclusão que me chamava a atenção e me inquietava, a partir disso houve um direcionamento das minhas investigações.

Conversei com a professora, manifestei meu interesse em participar da pesquisa como voluntária, na intenção de conhecer uma nova linha de pesquisa, já que havia participado de outros grupos com temáticas muito diversas, como violência contra mulher, de gênero e de sexualidade. Assim que colocamos a pesquisa em prática, eu fui paulatinamente me constituindo com esse tema e me

sentindo instigada a torná-lo minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. A pesquisa¹ citada acima ocorreu ao longo do ano de 2015 em uma escola estadual, e uma municipal do município de Alegrete/RS, região da fronteira oeste do Estado.

Nesta referida pesquisa o foco era nos estudos de Educação Integral, avaliações em larga escala e as práticas de inclusão nestas avaliações, sendo esta analisada na mesma perspectiva e com a utilização dos autores que discutiam educação integral focado nos estudos de governamentalidade, biopolítica e neoliberalismo.

Juntamente com outras colegas realizamos vários momentos para nos apropriarmos do tema, ler, compartilhar e discutir outros trabalhos com a mesma temática e assim articularmos nossas incursões investigativas. Essas vivências foram articulando dentro de mim essa vontade de descobrir de que forma os sujeitos conduzem suas práticas docente. Para isso, ouvimos os atores que estão inseridos nas práticas escolares, assim foi necessário participar de momentos de leitura que incluíram outras produções com o corpus de análise e perspectiva teórica semelhante.

O tema Educação Integral e suas articulações com a jornada ampliada e Tempo Integral são tão abrangentes e inquietantes que aparecem com pujança em nosso tempo presente. Essa temática se desenrola na história das sociedades e, em particular na educação, sob muitas identidades e produz, ao seu tempo, formas de os sujeitos se conduzirem nas práticas escolares (SANTAIANA; SILVA, 2020, p 531).

Discutir sobre a Educação Integral e me debruçar nas leituras que foram indicadas, foram produzindo e articulando em mim ideias sobre as práticas escolares e o fato de poder sim investigar e tentar entender como se desenrolam essas temáticas.

Tais momentos foram valorosos e influentes em minha caminhada e aconteceram em uma fase em que eu pude me dedicar e participar com apetite, pois através dos momentos de estudos, leituras e trocas pude perceber o quão fundamental é a pesquisa no tocante à Educação. Quando nos encaminhávamos

¹ A referida pesquisa intitulada Educação Integral e as Avaliações em Larga Escala: Desafios Contemporâneos em Tempos de Inclusão no Ciclo de Alfabetização foi selecionada no Edital de Bolsas de Iniciação Científica INICIE/UERGS, INOVATEC/UERGS, EDIÇÃO 2015 e contou com uma Bolsa para acadêmico.

a finalização me recordo que em alguns campos não recebemos retorno e nos preocupamos em como problematizar, mas aprendi nesse momento que mesmo a falta desse retorno à pesquisa seria um dado importante e isso foi muito marcante e de muito aprendizado.

Ler e me apropriar do caminho percorrido pela política educacional me fez curiosa e impressionada de como elas se modificam a cada troca de governo e como surgem outras que na maioria das vezes tem o mesmo objetivo, metas e regulações, porém com nomenclaturas diferentes. Todas descobertas me fizeram cada vez mais querer buscar os acontecimentos relacionados ao ciclo de alfabetização que tem um papel fundamental na construção dos sujeitos infantis.

Para isso, entendi ser essencial me debruçar no conteúdo dos documentos normativos da Polícia Nacional de Alfabetização e em especial neste estudo do programa Tempo de Aprender, ambos voltados as práticas do ciclo de alfabetização, associando as ações de governo perante elas, levando em conta um recorte relacionado a formação continuada que compreendi ser decisivo para a constituição desta pesquisa.

Programas e Políticas de determinada ordem, quando instituídos, correspondem a um desejo de poder e saber de sua época, das relações sociais, econômicas e culturais contextualizadas historicamente. (SANTAIANA; SILVA, 2020, p. 524).

Nesta investigação o tema é o Programa Tempo de Aprender que faz parte da Política Nacional de Alfabetização e que por consequência me leva a caminhar por estudos das políticas educacionais voltadas para alfabetização para entender como foi que estas foram constituindo formas de ver e formar professores. Meu intuito não foi vislumbrar argumentos que desacredite as políticas para alfabetização, nem pretendo julgar sua eficiência, mas quis sim problematizar, colocar em pauta questões que fui observando como recorrentes no programa de formação docente Tempo de Aprender. Assim, a minha intenção não foi apontar verdades, mas sim trazer o debate acerca do tema, além de propor um produto educacional que se vincule a temática e que traga subsídios colaborativos.

A seguir apresento o problema de pesquisa e objetivos traçados com o intuito de responder a este questionamento.

2.1 DAS PROBLEMATIZAÇÕES E OBJETIVOS DA PESQUISA

Em 11 de abril de 2019, o Governo Federal brasileiro publica o decreto nº 9.765, o qual institui a Política Nacional de Alfabetização. Em seu artigo 1º traz:

Art. 1º - Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal. (BRASIL, 2019).

O decreto é composto de 14 artigos, estabelece princípios, objetivos, diretrizes, público-alvo e agentes envolvidos com a Política Nacional de Alfabetização. Trata ainda da sua implementação, avaliação e monitoramento da política e traz também um vocabulário específico de termos que serão usados para compreender as ações do Ministério da Educação que para efetivar assina o decreto.

Após esse decreto, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Alfabetização, lança um documento chamado Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019a), que traça os objetivos e ações dessa política onde também contextualiza através de marcos históricos que serviram como base para sua emergência.

O presente trabalho procura entender, problematizar e discutir os processos que produziram o Programa Tempo de Aprender como procedimento formativo integrado a Política Nacional de Alfabetização. Justifica-se o estudo por integrar um conjunto de ações que se voltam aos docentes da Educação Básica de todo país. Para tal, esta pesquisa parte-se de um problema inicial: Como a Política Nacional de Alfabetização pode estar constituindo estratégias de governo da formação docente por meio do programa Tempo de Aprender?

Partindo dessa problematização, foi possível traçar os caminhos para este estudo, como forma de tentar na medida do andamento da pesquisa explorar a noção de governo na formação docente, tomando os seguintes objetivos como forma de aprimorar o estudo.

Objetivo geral: Investigar e reconhecer as estratégias lançadas pelo programa Tempo de Aprender que podem gerar o governo da formação docente.

Tendo os objetivos traçados e delimitados com a finalidade de desdobrar-se para responder ao problema de pesquisa, divido em quatro objetivos específicos:

- a) Conhecer as discursividades instituídas pela política nacional da alfabetização e que sustentam as ações instituídas no Programa Tempo de Aprender;
- b) Analisar que estratégias de governo são operadas pelo programa Tempo de Aprender inserido da Política Nacional de Alfabetização, nos documentos regulatórios e normativos;
- c) Evidenciar através dos documentos do Tempo de Aprender as formas de subjetivação que irão procurar governar a ação docente.
- d) Apresentar por meio de uma ferramenta contemporânea uma discussão sobre alfabetização e o programa Tempo de Aprender.

Todos esses questionamentos auxiliam para os limites da pesquisa, o que possibilita descrever como são as condições aos processos de formação, nos permitindo questionar, discutir e repensar o fazer docente. As políticas ocupam um papel de nortear os processos, por isso deveriam proporcionar a comunidade escolar as devidas condições para suas práticas.

“Políticas e práticas de alfabetização estão envoltas num emaranhado de temas complexos relacionados com as condições gerais de funcionamento das escolas. Isso tem a ver com currículo, formação de professores, provisão de materiais didáticos, avaliação, gestão escolar etc. Se essas condições não forem adequadas, políticas de alfabetização terão resultados limitados. No entanto, condições gerais, necessárias como o são, não são suficientes para lidar com as questões específicas da alfabetização. Ambas precisam ser levadas

em conta. Este relatório ocupa-se apenas das questões de alfabetização – mas não ignora que essas questões fazem parte de um contexto mais amplo.”²

Nesse sentido, na seção seguinte, apresento um levantamento de pesquisas na área das políticas públicas de alfabetização. Esse movimento de busca por teses e dissertações possibilita um aprofundamento teórico sobre o tema de pesquisa.

2.2 ESTADO DO CONHECIMENTO

Quando decidi investigar as ações do programa Tempo de Aprender percebi que não seria fácil, por ser uma política recente e também porque teve seu processo de instituição alterado durante a pandemia, o que modificou até a forma como se davam os processos formativos docentes. Isso fez com que construir o estado do conhecimento parecesse uma tarefa mais complexa pelo pouco tempo de existência do programa. O que eu não sabia era que até mesmo nessa incerteza, os dados a serem discutidos já existiam, isso fez com que eu articulasse minhas discussões a partir da Política Nacional de Alfabetização (PNA), que em seus documentos normativos orienta que seu objetivo é elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro. A PNA pretende trazer a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, utilizando práticas de alfabetização de outros países e criando ferramentas diferentes aos que estamos habituados na busca das melhorias dos índices de qualidade no ciclo de alfabetização, dando condições para que o ensino seja aprimorado em suas bases.

Conhecer os estudos já realizados, mesmo em uma política recente e de um programa também sem resultados mais efetivos, é um processo que dá estrutura a pesquisa, pois serve como embasamento ao autor sobre o assunto. A partir do Estado do Conhecimento o investigador consegue visualizar o que já foi feito e o que ainda precisa fazer, dando luz as possibilidades disponíveis.

² Relatório Final/ Alfabetização Infantil: Novos Caminhos. Disponível em: http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/alfabetizacao_infanti_novos_caminhos_gastao_vieira.pdf

Busca-se dialogar com os textos que tenham aproximação com as políticas de alfabetização ofertadas pelo Governo Federal, bem como os processos de formação docente na contemporaneidade. Sendo assim realizei várias buscas no banco de teses e dissertações no portal Catálogo de Teses e Dissertações Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Google Acadêmico.

Assim que determinamos os critérios para o mapeamento, decidi por utilizar os filtros que o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES possui no intuito de selecionar somente trabalhos que oferecem um corpus de análise satisfatório e que se assemelhassem ao tema a ser pesquisado. Para um melhor refinamento, foram utilizadas poucas palavras na busca e em conversa com a minha orientadora resolvemos que usaríamos somente Dissertações recentes e que fossem importantes para a discussão, que trouxessem contribuições específicas tanto relacionadas as Políticas de Alfabetização, quanto relacionadas ao programa Tempo de Aprender.

Toda a construção é feita de planejamento, de pesquisa e de materiais que possam corroborar. Nesta pesquisa, realizei o levantamento de alguns trabalhos relacionados ao tema aqui abordado. Assim, para o levantamento, estabeleci juntamente com minha orientadora que primeiramente faria uma busca no portal da CAPES restringindo conforme ao ano de 2018, um ano antes da instituição do da Política Nacional de Alfabetização que foi instituída em 2019 estendendo a busca até o ano de 2022. Essa escolha foi determinante visto que o programa foi instituído recentemente, por isso poucos trabalhos de pesquisa foram defendidos sobre o Programa.

No primeiro momento, busquei por produções utilizando os descritores: “GOVERNAMENTO FORMAÇÃO DOCENTE”, “GOVERNAMENTO POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO”, a intenção foi encontrar trabalhos que pudessem conter argumentos do Governo tanto em estudos focados na formação docente como em o Governo na Política de Alfabetização.

No segundo momento de busca, foi necessário refinar de forma mais prática as buscas no Google Acadêmico, então filtramos as buscas utilizando o descritor: “POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO” e “PROGRAMA TEMPO DE APRENDER” para buscar trabalhos que pudessem corroborar na fundamentação teórica, principalmente nos trabalhos que tivessem como tema

a Política Nacional de Alfabetização(PNA) que tem como objetivo em seus documentos a melhora da qualidade da alfabetização no território brasileiro e também a meta de combate ao analfabetismo absoluto e analfabetismo funcional.

Da mesma forma, foi feita a averiguação de trabalhos sobre o Tempo de Aprender que só foram encontrados no ano de 2021, período que esses trabalhos já estavam publicados e defendidos.

Durante 2021 e no ano de 2022, realizei revisões neste capítulo e por isso, ele foi modificado por algumas vezes, pois a cada busca foi possível refinar e encontrar trabalhos já defendidos com o tema mais próximo a este. Olhar essas pesquisas foi o que me fez entender e afirmar cada vez mais o quanto todo o discurso do programa não se fez conhecido.

Nesta busca, foram encontrados um número muito grande de estudos, a partir daí comecei a leitura dos títulos para encontrar pesquisas realizadas e finalizadas que trouxessem uma menção de algo que se aproximasse aos objetos desta pesquisa e/ou até mesmo pudessem contribuir com a construção desta pesquisa. Assim, com as instruções de minha orientadora, selecionei seis dissertações, cujo título tinha o foco no campo teórico e metodológico semelhante da nossa pesquisa. Ao realizar uma breve leitura, foi possível selecionar três que trouxessem argumentos a corroborar com esta pesquisa.

O quadro abaixo apresenta as dissertações selecionadas:

Quadro 1 – busca com descritores “GOVERNAMENTO FORMAÇÃO DOCENTE”, “GOVERNAMENTO POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO”

Título	Pesquisador	Instituição/Ano	Palavras-chave
Cultura, Representação e Discurso: Um Estudo Sobre O Governo da Docência na Região da Encosta da Serra Gaúcha	Cláudio Gerhardt	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul Programa de Pós-Graduação Em Educação Mestrado Profissional - PPGEDU – MP 2020	“governo formação docente”, “governo política de alfabetização”

A avaliação nacional da alfabetização e a prática docente no bloco inicial de alfabetização: estudo de caso na rede pública do distrito federal	Thamara de Souza	Universidade Católica de Brasília 2019	“governamento formação docente”, “governamento política de alfabetização”
A tríade ciclo de alfabetização- PNAIC-ANA como um fluxo Biopolítico circular que gerencia a alfabetização no Brasil	Rosimar Isidoro Machado	Universidade Federal do Rio Grande 2018	“governamento formação docente”, “governamento política de alfabetização”

Fonte: autora (2021)

Dando continuidade, a seguir abordo de forma sucinta as informações das dissertações, respeitando a ordem em que estão dispostas no quadro acima e ainda farei um breve comentário da dissertação a fim de justificar sua escolha para fazer parte do referencial desta pesquisa.

Com o objetivo de entender como ocorre o processo representacional da profissão docente na região da Encosta da Serra Gaúcha, a dissertação que tem como título: Cultura, Representação e Discurso: Um Estudo Sobre o Governo da Docência na Região da Encosta da Serra Gaúcha do Claudio Gerhardt, trouxe argumentos que pude utilizar nas minhas construções. Claudio conduziu suas investigações a partir do problema: Como os discursos postos em circulação pelo jornal “O Diário da Encosta da Serra” operam na constituição de determinadas representações da docência, podendo gerar formas de governo das subjetividades? Amparado nas ferramentas teóricas e ancorado metodologicamente nas ideias de Michel Foucault o autor utiliza da ferramenta analítica de governo. Assim como fez uso do conceito de representação discutido por Stuart Hall (2016).

Através de uma pesquisa documental ele realizou uma busca utilizando as edições de janeiro de 2018 a junho de 2019 do jornal “O Diário da Encosta da Serra” e a formação de um grupo de discussão que buscou escutar as reflexões dos professores sobre o noticiário que é posto em circulação por esse veículo de comunicação.

O estudo me inspirou na construção das minhas análises, bem como, na construção do produto, quando realizei a leitura me senti segura a fazer algo fora do padrão, assim como Gerhardt fez em seu estudo. Minha ideia inicial foi participar do grupo de estudo, e foi através das leituras das que tive a inspiração na construção do produto final do estudo, o podcast.

A escolha pela dissertação “A avaliação nacional da alfabetização e a prática docente no bloco inicial de alfabetização: estudo de caso na rede pública do distrito federal” da Thamara Ma de Souza se deu pelo fato de o tema ser sobre o ciclo de alfabetização e por trazer em suas análises os programas educacionais voltados a esse ciclo, bem como trazer os marcos regulatórios que serão necessários em minhas discussões. A pesquisa que apresento aqui teve como objeto central a Prova Ana- Avaliação Nacional da Alfabetização que fora criada e instituída pelo Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de aferir a eficácia do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A Prova Ana é censitária e objetiva medir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes matriculados no 3º ano do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) da rede pública de ensino do país.

Neste estudo, a autora teve por objetivo analisar como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é percebida pelos professores do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal (DF). Para isso ela definiu três objetivos específicos que são: 1) caracterizar a trajetória histórica da Alfabetização no Brasil e a implantação da organização escolar em ciclos no DF; 2) descrever o contexto de produção da ANA e o alinhamento do BIA a esta política; 3) examinar convergências e divergências entre a prática da amostra (estudo de caso) e àquilo que é preconizado nas diretrizes da ANA.

Diante dos resultados obtidos da ANA, ocorreu a utilização destes como indução do trabalho docente redirecionando os processos de ensino aprendizagem em sala de aula, além da observação e da percepção dos professores que atuam nesse ciclo que existe um distanciamento entre seus objetivos e prática real, pois a ANA foi projetada para ser aplicada anualmente e para seus resultados contribuírem na prática dos professores, porém isso pouco aconteceu e em pouco tempo ela foi extinta.

“A Tríade Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA, como um Fluxo Biopolítico Circular” que gerencia a alfabetização no Brasil de autoria de Rosimar Isidoro Machado, é um estudo que eu já havia lido e discutido em outra ocasião, escolhi por ele para me ajudar no embasamento teórico e justamente por ser ancorado nas contribuições de Michel Foucault, além de investigar as relações pedagógicas e formativas que se desenrolam nas relações pertencentes à escola e as ações docentes da educação básica. A pesquisa teve como objetivo analisar as políticas públicas de alfabetização no Brasil, trazendo em sua problematização a nomenclatura Tríade- Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA que objetiva desvendar como a tríade opera sobre o professor alfabetizador e que efeitos produz nesse sujeito docente.

Através de sua investigação a autora percorreu dois caminhos para responder ao problema de pesquisa, o primeiro foi sobre a análise dos documentos regulatórios e da legislação que envolve as políticas, e o segundo foi entrevistar professores alfabetizadores que participaram das formações do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e se mantiveram atuando no ciclo de alfabetização até 2017. Como resultado ela percebeu um movimento que ela chamou de Fluxo Biopolítico Circular, por constituir-se de uma estratégia de controlar para gerenciar os riscos da não alfabetização no Brasil.

A ideia de fluxo surge da percepção de não dar destaque ao modelo disciplinas e sim aos fluxos de controle que mostram um deslocamento de ênfase: de reprodução, do modelo de fábrica, para modelo de gestão, de empresa, direcionado ao indivíduo, centrado em um corpo livre e em um sujeito flexível. Isso produz, segundo a autora, um movimento contínuo articulando tais políticas que se impulsionam reciprocamente e que agem no espaço aberto, não só no interior de instituições.

Tais contribuições me fizeram perceber o movimento que ela operou suas análises observando por meio das dimensões do saber, do poder e da subjetivação, por visualizar a produção do saber estatístico como uma forma de produzir verdades, do poder pelas formas de condução, do governo do trabalho dos professores e da subjetivação por identificar efeitos de dobradura nas relações que os sujeitos estabelecem com as políticas e consigo mesmo, em se tratando do sujeito docente.

É importante destacar que essas pesquisas não se referiam a PNA ou mesmo o Tempo de Aprender, mas permitiram que eu pensasse sobre as estratégias que são postas em circulação por meio dos discursos e das políticas voltadas à docência e alfabetização. Destaco ainda que elas são construídas com referencial muito próximo ao que estou empregando nessa dissertação: governo, saber, poder, Michel Foucault. Essas reflexões contribuíram na construção de minha dissertação pelos temas de políticas, governo, relações de poder e os efeitos no trabalho docente.

Como meu tema de pesquisa tem o foco em Programa voltado ao ciclo de alfabetização, entendo que seria interessante realizar a busca por outros descritores, por isso optamos então por utilizar: “POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO” e “PROGRAMA TEMPO DE APRENDER”, fazendo uma nova busca no portal da capes assim como no google acadêmico utilizando agora somente estes dois descritores.

Se fez necessário refinar a procura no intuito de trazer elementos que pudessem corroborar com a discussão, com a elaboração e com a argumentação teórica deste trabalho. Esta pesquisa tem como finalidade trazer ferramentas que possam justificar a emergência do programa Tempo de Aprender como programa de alfabetização instituído através da política nacional de alfabetização sendo utilizado como ferramenta de formação governo/governo.

É importante analisar os discursos presentes nos documentos do programa, trazendo para a discussão a estrutura do programa, para assim desvendar suas proposições e suas reais motivações.

[...] opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão (MORTATTI, 2000, p. 30).

Tanto os documentos regulatórios das políticas, como as pesquisas já realizadas que serão relacionadas para este estudo, foram e serão lidos/analizados buscando neles discursos relacionados e imbricados, na busca

das discursividades engendradas, trazendo fundamentos de assessoramento e argumentação para essa discussão.

Ainda no ensejo da investigação, relatei em uma conversa com minha orientadora que estava difícil encontrar artigos, dissertações com tema semelhante, na verdade eu desejava encontrar trabalhos já concluídos que tivessem embasamento que eu pudesse me apoiar para a escrita. Na investigação não encontrava artigos que fossem iguais ou com o mesmo tema, sobre a política e que tivesse com âncora as contribuições de Michel Foucault, foi quando decidimos por outra busca, mas dessa vez com somente descritores muito específicos que trouxesse essa clareza.

Quadro 2 – busca com descritores “POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO” e “PROGRAMA TEMPO DE APRENDER”

Título	Pesquisador	Instituição/Ano	Palavras-chave
Em Tempos de Reaprender O Método Fônico — Algumas Problematizações Sobre O Programa de Formação Docente – Tempo de Aprender	Ramona Graciela Alves de Melo Kappi	2021 Universidade luterana do Brasil pró-reitoria acadêmica programa de pós-graduação em educação	“política de alfabetização”; “programa tempo de aprender”
Política Nacional de Alfabetização (2019): Discursos Em Análise	Liziana Arâmbula Teixeira	2021 Universidade federal da Grande Dourados programa de pós-graduação em educação	“política de alfabetização”; “programa tempo de aprender”
Políticas de avaliação para alfabetização no brasil e a base nacional comum curricular (BNCC): novos (velhos) mecanismos de controle e responsabilização' 169 f. Mestrado em educação, Guarapuava biblioteca depositária: bibliotecas UNICENTRO	Graciele Lipsuch	23/11/2020 Instituição De Ensino: Universidade Estadual Do Centro-Oeste	política de alfabetização”; “programa tempo de aprender”

Fonte: autor (2021)

Conforme a busca foi encontrando trabalhos concluídos que trouxessem em seu tema as políticas de alfabetização, fomos então selecionando as que mais se encaixavam nesta pesquisa, trazendo aqui as que se destacaram dentro desse descritor. Para a seleção também se fez necessário delimitar um recorte temporal, determinar somente arquivos de dissertação que foram concluídos a partir de 2015 até o ano vigente, afinal minha intenção é analisar a emergência da instituição do programa Tempo de Aprender.

Minha intenção nesta pesquisa sempre foi discutir um programa que ainda não tivesse sido investigado, posto que desde o início das buscas por estudos similares já foi possível constatar que não seria nada fácil. Existem trabalhos que trazem o programa nas análises, porém ainda não com seus efeitos e relatos por quem vivencia suas práticas, o docente.

Objetivando analisar a concepção de linguagem e aprendizagem presentes na proposta didática de alfabetização do curso de formação continuada do programa Tempo de Aprender, tendo como pano de fundo a Política Nacional de Alfabetização, a Dissertação da Ramona Kappi intitulado: Em tempos de reaprender o método fônico: algumas problematizações sobre o programa de formação docente – Tempo De Aprender, ofereceu subsídios riquíssimos para costurar minhas análises. Para a autora, foi evidente salientar as fragilidades da proposta que ela discutiu dividindo em tópicos bem específicos.

Tais análises deixam claro a desvalorização das pesquisas que o Brasil produziu nas últimas décadas, isso se deu pelo discurso que o programa traz relatando ter sido elaborado após evidências científicas mais eficazes segundo seu embasamento, além de destacar uma lógica marcada pelas descontinuidades de concepções teóricas discutidas historicamente no campo da alfabetização.

Liziana (2021), em sua dissertação se propôs analisar os discursos de alfabetização que constituem a Política Nacional de Alfabetização, aqui ela apresenta esta política, sua estrutura e funcionamento; identificar quais discursos de alfabetização balizam este documento e o mais interessante identificar qual profissional essa esta política pretende formar para atuar nas turmas de alfabetização.

Partindo dessa premissa a autora trouxe a partir dos estudos culturais uma análise do discurso comparando ao referencial teórico da alfabetização, tais análises vislumbraram mais uma vez a homogeneização proposta por tal política, trazendo no seu documento o discurso de ciência cognitiva como única fonte de comprovação científica quando se refere a pesquisa na área.

A pesquisa “Políticas De Avaliação Para Alfabetização no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Novos (Velhos) Mecanismos De Controle E Responsabilização” de autoria de Graciele Lipsuch, foi selecionado por trazer no seu tema as políticas de avaliação para alfabetização e por ter como objetivo investigar as principais alterações nas políticas de avaliação para alfabetização - Anos Iniciais (1º, 2º e 3º anos) a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

A autora partiu da questão central que diz: Quais alterações das políticas de avaliação para alfabetização o Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º, 2º e 3º anos) foram efetivadas a partir da Base Nacional Comum Curricular? A partir da compreensão da política educacional ela identifica a configuração das políticas avaliativas no Brasil desde 1900 até os dias atuais, trazendo como material de análise o método materialismo histórico-dialético, enfatizou a análise dos documentos das referidas políticas educacionais: 1 - Base Nacional Comum Curricular; 2 - Programa Mais Alfabetização; 3 - Política Nacional de Alfabetização; 4 - Programa Tempo de Aprender.

Os resultados deste estudo identificaram que cada vez mais o Brasil tem adotados ideias e princípios mercadológicos e neoliberais na educação, trazidos e defendidos de instituições de outros países, onde o nosso país passa a ser regulado por um Estado-avaliador que dá voz e intensifica o papel dos sistemas de avaliação. Ela também registra a participação do setor privado na condução da BNCC e suas práticas; a medição da qualidade educacional por meio do novo SAEB a partir da BNCC, destacando os índices e resultados; relações de controle por meio das definições de conteúdos através da BNCC e as determinações da PNA; o desprestígio e precarização do trabalho docente pelo incentivo do trabalho voluntário por meio dos programas de alfabetização e a posterior responsabilização do professores pelos resultados obtidos.

O governo passa a se desresponsabilizar ao incentivar o voluntariado quando institui programas que apresentam uma visão assistencialista, propondo

que os profissionais de educação se voluntariam no trabalho dos programas como: Mais alfabetização e Tempo de Aprender. O discurso apresentando nessas ações demonstram que o estado está cada vez mais despreocupado com a Educação, além de explanar que a responsabilidade da educação é de todos, dando chance a privatização e parcerias público-privada.

Conforme já conhecemos, os programas voltados a alfabetização se reformulam, se modificam e, até mesmo, se reconfiguram e ganham nomenclaturas diferentes a cada equipe que assume o poder do país. Os governos se reúnem e traçam novas metas para alcançar a tão sonhada redução das taxas de analfabetismo. Mas o que chama a atenção é a indução a padronização do currículo, quando os programas apontam o que deve ser ensinado e de que modo deve ser feito. Isso se dá principalmente pelo fato de o Brasil estar seguindo as orientações de políticas internacionais de educação, que tendenciam o trabalho docente a uma visão neoliberal.

Considerarei ainda evidenciar dois artigos que foram publicados recentemente em periódicos e que se destacam pela argumentação problematizadora em relação ao programa. A seleção não foi pelo referencial Foucaultiano, posto que se mantém distantes destas teorizações, mas por lançarem de forma pertinente uma criticidade ao formato e os objetivos do programa. A pesquisa aqui se efetivou por meio de uma busca no google, colocando como descritor: Programa Tempo de Aprender e Formação Docente.

Título	Pesquisador	Periódico-Ano	Palavras-chave
“Tempo de Aprender”: uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores	Gabriela Medeiros Nogueira, Janaína Soares Martins Lapuente	Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, 26: e214933, 2021	Alfabetização. Educação infantil. Ensino fundamental. Formação de professores
Análise sobre o programa Tempo de Aprender no Brasil: o direito à alfabetização ou a performatividade docente?	Lucilene Amarante Jani Alves Da Silva Moreira Leonardo Dorneles Gonçalves	Ediciones Universidad de Salamanca. Periódico Aula, 27, 2021, pp. 249-261	Políticas de alfabetización; Tiempo de Aprender; performatividad; alfabetización; Brasil.

No artigo de Gabriela Medeiros e Janaína Soares reside a preocupação em mostrar um estudo que se coloca como exploratório e descritivo, com o objetivo primordial de problematizar o Programa Tempo de Aprender enquanto processo contemporâneo de formação para os alfabetizadores. Embora com referencial distinto do meu, o artigo destaca a implementação da Política Nacional de Alfabetização criticando o quanto ela foi construída visando uma homogeneização de um país com docentes em processos formativos distintos, bem como estudantes com diferenças grandes. As autoras evidenciam que o Programa Tempo de Aprender tenta incutir um processo rígido de didatização na orientação das práticas de alfabetização que devem ser imputadas pelos docentes, realizando um retrocesso perante estudos e pesquisa já realizados no Brasil durante muitos anos sobre alfabetização.

Lucilene Amarante, Jani Alves da Silva Moreira, Leonardo Dorneles Gonçalves destacam que sua pesquisa que redonda no artigo tem caráter exploratório e de análise documental, pois analisa os pressupostos teórico-pedagógicos presentes no programa instituído pela Portaria n.º 280/2020 (Brasil, 2020), cujo propósito fundamenta-se na delimitação de metas para a análise sobre o programa tempo de aprender no Brasil, bem como um possível investimento em uma performatividade docente para enfrentar os problemas da alfabetização no país. Os autores realizam uma crítica ao programa que visa somente o estabelecimento e alcance de metas, em que a qualidade da alfabetização se expressa somente mediante resultados numéricos e não, necessariamente, no processo construído e, principalmente, nas condições objetivas para a realização da alfabetização.

A leituras destes artigos aqui destacados, mesmo com referenciais distintos, me ajudaram a estabelecer maior profundidade de conhecimento tanto da PNA quanto do programa, principalmente a das teorias em que os pesquisadores vêm encontrando no Tempo de Aprender um desconhecimento em relação a toda pesquisa e produção sobre alfabetização, letramento e formação docente no Brasil.

Na sequência irei trazer o método empenhado nesse estudo e as decisões tomadas para sua produção.

3 MÉTODO DA PESQUISA: ANALISANDO, DESCREVENDO E ORGANIZANDO OS TEMPOS

Para investigar, refletir e produzir um estudo através desta pesquisa entendi que me apoiar de forma curiosa nas teorizações de Michel Foucault seria apropriado diante do meu interesse. Compreendi que não há um modo certo ou regular para seguir em uma pesquisa, porque não sabemos o que iremos encontrar no decorrer do estudo e nem mesmo se os caminhos permanecerão os mesmos ao final. Sendo assim não pretendo usar propostas pré-estabelecidas, mas sim construir as possibilidades ao longo do caminho.

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. (FOUCAULT, 1984, p. 13).

Me aproximo dos estudos pós-estruturalistas através das contribuições de Michel Foucault, conforme Viega-Neto (2005a) nomeou de Infidelidade infiel, pois usarei suas teorizações enquanto forem produtivas a pesquisa, sabendo que será preciso abandoná-las em alguns momentos, pois elas não são “pau pra toda a obra”, como afirma Veiga-Neto (2005^a, p.21).

Para esse estudo selecionei o que se apresenta como produtivo de suas contribuições, sendo assim, tais teorizações me indicaram a ferramenta governamental como potente para operar, tomando como inspiração na perspectiva de análise das discursividades presentes nos documentos de análise.

Tais contribuições são para esta pesquisa vistas como ferramenta que colabora a pensar em quais caminhos metodológicos podem ser potentes enquanto trilhados para a produção deste estudo. Nesse sentido, essas ferramentas como “instrumento que permite um trabalho mais detalhado sobre o próprio pensamento” (LOCKMANN, 2010, p. 75). Pode-se dizer que as ideias de Foucault são usadas para “desconstruir” algumas verdades que se apresentaram desde muito tempo.

O material sobre o qual irá se constituir o meu corpus empírico são os documentos normativos da PNA e do programa Tempo de Aprender.

Neste trabalho, para o desenvolvimento da metodologia, há dois momentos necessários e complementares: uma análise dos documentos que constituem a Política Nacional da Alfabetização e o outro da análise do Programa Tempo de Aprender e suas ações de governo docente. Sendo que estes momentos caracterizam a pesquisa como qualitativa e que se utiliza de pesquisa documental sobre os temas citados.

Este estudo surgiu do interesse e curiosidade em relação ao programa “Tempo de aprender”, que faz parte de uma ação prevista na Política Nacional de Alfabetização e que se apresenta como um novo programa federal que investiria em ações para qualificar a alfabetização nas escolas públicas do território nacional. Sendo assim, este estudo está organizado quanto à abordagem qualitativa, principalmente por não ter interesse em quantificar dados coletados, e sim pelo interesse em analisar as ações de governo presentes nas ações do programa.

Dessa forma, ao construir esses caminhos é necessário desenvolver alguns conceitos e ideias. Para isso, apresento na seção a seguir a definição de governo e do argumento que embasa teoricamente a inspiração na análise das discursividades a partir de Michel Foucault.

3.1 CAMPO TEÓRICO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para esse estudo escolhi de forma cuidadosa a ferramenta da oficina foucaultiana que poderia permitir as análises que compreendessem as estratégias engendradas pela PNA³. Conforme Veiga-Neto, “vale a pena recorrer a metáfora nietzschiana da Filosofia à marteladas, de modo a entender os conceitos enquanto ferramentas com as quais golpeamos outros conceitos, o nosso próprio pensamento” (2006, p.81). Para a análise dos documentos que irei no decorrer do trabalho evidenciar, e mesmo posteriormente a análise das discursividades apresentadas nos documentos, considero que entender a noção de governo e governo são vitais.

Entendendo primeiramente que para Foucault governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros (FOUCAULT, 2004), me permito

³ Na sequência do trabalho quando me referir a Política Nacional de Alfabetização, irei utilizar as iniciais PNA.

problematizar que as políticas envolvendo a alfabetização no país e mesmo os programas que as operacionalizam são envoltas de táticas que visam conformar a ação docente por meio de processos formativos. Nesse sentido, os conceitos de ferramentas são utilizados como “uma bancada, um suporte de pensar o presente e escrever sobre ele” (FOUCAULT, 2008, p.84). Importa dizer que ao tensionar as políticas e programas e no caso aqui o Tempo de Aprender com o referencial e as ferramentas escolhidas, salientando que não são nem melhores ou piores que outras, mas as escolhidas para mim no contexto que me encontro, operar com o “pensamento foucaultiano proporciona pensar sobre a instituição escolar, enquanto lócus conduzido pelo Estado como uma engrenagem de regulação dos sujeitos” (SANTAIANA, SILVA, GONÇALVES, 2021, p.1187). Portanto pode-se dizer que ao constituir a formação docente se investe no governo dos que atuam diretamente com os jovens e as crianças, pois ao conduzir programa que investem na formação docente e no caso do programa Tempo de aprender podemos aferir que discursos que visam instituir práticas são postos em circulação. Eles precisam ser subjetivados pelos docentes, pois “as práticas discursivas moldam as maneiras do professor construir, compreender e agir no mundo” (TEIXEIRA, 2021, p. 65).

A análise realizada neste estudo é proveniente da leitura e reflexões a partir dos documentos, ou seja, ela é descritiva e se trata de uma análise documental que se inspira no campo teórico que me desloca. Para Foucault (2008), o pesquisador é um tipo de arqueólogo do saber, pois no campo dos discursos, pode-se compreender o pesquisador como alguém que faz busca de forma profunda, do que não foi dito, ignorado, que está no subsolo, a fim de romper as camadas superiores existentes.

Ainda nesta ideia, Foucault entende o ser humano como não sendo algo pronto, nem um sujeito pronto, e sim alguém construído e essa construção está estruturada em recorrência dos discursos. Assim, também se constrói minha pesquisa “operando nas recorrências dos discursos que emergem dos documentos selecionados” (SANTOS, 2021, p.25).

O método proposto e elaborado por Michel Foucault para a arqueologia do saber possui uma nova maneira de interpretar os documentos, uma busca interna e externa, associando as inúmeras maneiras que potencializam o seu levantamento, assim sendo, o documento passa a ser admitido e entendido

ponto central de uma análise discursiva. Não assumo nesse trabalho que o método arqueogenalógico (AVELINO, 2010) será usado, mas ilustro o pensamento de Foucault para poder embasar o meu próprio modo de pensar nos documentos que serão analisados. Segundo o referido autor, a anarqueogenealogia toma a noção de poder-saber e desloca analítica para “a multiplicidade dos regimes de verdade e a maneira pela qual vinculam de modo constringente a manifestação do verdadeiro e os sujeitos que nela operam” (AVELINO, 2010, p.151).

Olhar os documentos enquanto monumentos é procurar verificar a sua superfície que manifesta a emergência dos discursos, os regimes de verdade que eles procuram constituir. Assim como olhamos um monumento sob diversos ângulos, desta forma é também a análise inspirada nesta perspectiva, analisando os jogos de verdade contextualizados em uma sociedade, em uma época.

[...] numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade – múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade. (FOUCAULT, 2019, p. 22).

Sendo assim os discursos, documentos, serão aqui tomados enquanto monumentos, que significa considerar o discurso (presente nos documentos) como monumento, “será passível de ser desmontado em busca de unidades coerentes menores que possam, estas sim, nos facultar possibilidades finitas de construções mentais referentes ao período sobre o qual nos debruçamos” (LOPES, 2004, p.141-142).

Nesta perspectiva, Foucault (1996) esclarece que a linguagem e por consequência os discursos, não atuam com isenção aos controles sociais porque são atravessados pelas relações de poder. Segundo o autor, os discursos constituem verdades em que os governos se valem para regular e monitorar suas populações. Posso então compreender que analisar a discursividade dos documentos consiste em olhar para as construções intrínsecas em um texto,

observar as suas indicações e analisar quais são as perspectivas presentes. Importa então “analisar os enunciados dos documentos/monumentos como campo de superfície “(SANTOS, 2021, p33) que geram efeitos de verdade para quem eles se endereçam.

Na sequência do estudo, apresento o corpus de análise a ser empregado nesta investigação.

3.2 FERRAMENTAS TEÓRICO ANALÍTICAS DA PESQUISA: GOVERNAMENTO E INSPIRAÇÃO NA ANÁLISE DAS DISCURSIVIDADES

Pude perceber que, os discursos que são apresentados pela PNA e pelo Tempo de Aprender poderiam vir a fazer parte das conexões de subjetivações que se apresentam nos excertos, nos documentos regulatórios e até mesmo na percepção dos alfabetizadores.

Logo entendi a delimitação de outra ferramenta para compreender esse processo de representação da docência, que pode pretender entre tantas coisas governar os processos das condutas e de comportamento dos sujeitos. Nessa lógica, a ferramenta teórico-analítica de governo é produtiva para essa pesquisa.

Por isso, elegi governo como primordial para esse estudo e o explico como explicitado pelo professor Veiga-Neto (2005, p.80) que no artigo Governo ou Governamento nos traz a proposta de ressuscitar, na língua portuguesa, a palavra governo e justifica trazendo as palavras de Michel Foucault:

A ressurreição que Governo ou governamento aqui proponho tem, como objetivo, tornar mais rigoroso e mais fácil o duplo entendimento que, na perspectiva foucaultiana, é possível atribuir à palavra governo. Foi por isso, certamente, que o filósofo usou duas palavras diferentes – governe e gouvernement – em seus escritos de Filosofia Política (VEIGA-NETO, 2005, p.80).

Ele explica que essas duas palavras circulam no âmbito da literatura que são de uso mais comum nas línguas espanhola, francesa e inglesa, então de modo resumido, na perspectiva foucaultiana esse duplo sentido na língua portuguesa é expresso em uma única palavra- governo. Veiga-Neto explana ainda que tudo aquilo que costumamos chamar de governo- o Governo da

República, o governo municipal, o Governo do Estado (em geral grafado com G maiúsculo) são instituições que tomam para si a responsabilidade e ou dever de governar e para essas situações se usa o termo governo. É neste momento que justificado nas traduções dos textos de Foucault, Veiga-Neto sugere o uso do termo governo a ser usado para se referir quando for da ação ou ato de governar.

Chegado aqui, volto ao início deste texto, lembrando que a proliferação dos termos técnicos só se justifica se tiver, como objetivo, clarear e refinar os sentidos que se quer dar ao discurso e dele retirar maiores possibilidades nas infinitas leituras a que ele se abre. Com isso, quero deixar claro que a ressurreição de governo não tem, por objetivo, fixar finalmente algum sentido na crítica foucaultiana da Razão Política, um sentido que estaria sendo “deturpado” pelo uso indistinto do vocábulo governo. Esse tipo de pretensão não faz qualquer sentido na perspectiva em que esse texto se movimenta. (VEIGA-NETO, 2005, p. 84).

Investigar a Política Nacional de Alfabetização, o Programa Tempo de Aprender e por conseguinte como eles operam estratégias de governo das condutas dos docentes a partir de suas percepções, me permitem também o investimento em utilizar como conceito analítico o governo e me concede visualizar nos documentos e posteriormente, o quanto isso atinge a formação docente para a alfabetização.

Os discursos de verdade e o discurso produzidas pelo Programa Tempo de Aprender se amparam na própria PNA que possibilita sua emergência. Nesse sentido, ao operar com o governo enquanto ferramenta analítica irei procurar esmiuçar e evidenciar como tais materiais que chegam em larga escala para os docentes alfabetizadores do país introduzem uma discursividade prescritiva, com orientações “mobilizadoras de práticas educativas, promovem e divulgam, ampla e massivamente todo um conjunto de exercícios e técnicas de condução dos leitores por eles mesmos” (MARÍN-DÍAZ, 2012, p.18). Logo os excertos foram escolhidos e separados, sendo que, é a partir do olhar da pesquisadora será realizado a análise da capacidade de cada um governar e agir sobre a conduta docente alfabetizadora.

[...]o governo caracteriza-se pela unificação de estratégias que objetivam atingir fins políticos, conduzindo a todos e a cada um, através de um processo que, ao mesmo tempo, individualiza, totaliza, normaliza. (CARVALHO, 2019, p.91)

Para melhor entendimento sobre os temas abordados, realizei várias leituras a fim de compreender tanto as políticas voltadas à alfabetização, como os processos que constituem as políticas e o programa Tempo de Aprender em nosso país. Para tal, procurei investigar o que diz os materiais do PNA enquanto ponto emergente que permite a criação do programa específico de formação, e os documentos de regularização do Tempo de Aprender, assim como outros documentos relacionados aos programas educacionais que embasam este estudo. O corpus de análise ou o material de análise por mim estudado é evidenciado no quadro a seguir:

Quadro 3 – Dos documentos analisados

DOCUMENTO	CONTEÚDO
PNA/ caderno http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf	Caderno do Política Nacional de Alfabetização (PNA), que traz todas as regulamentações da política, suas metas e objetivos.
PNA DECRETO Nº 9.765, DE 11 DE ABRIL DE 2019 https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431	Instituí a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementa programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal.
TEMPO DE APRENDER/ portaria https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539	Institui o programa, trazendo seus objetivos, suas ações, funcionamento, recursos financeiros, avaliação e monitoramento.

Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora

Os documentos apresentados na tabela acima foram determinados para compor o material empírico de análise deste estudo por estarem direta ou indiretamente ligados a PNA, Tempo de Aprender e/ou por corroborarem as discussões relacionadas a alfabetização.

Ao me debruçar nas análises de tais documentos, minha intenção foi dispor atenção nas determinações impostas nesses documentos, aquilo que não

está dito, no que o documento diz de forma empírica. Em pesquisas de cunho pós-crítico a intenção não é procurar realizar interpretações nas entrelinhas, a fim de encontrar lacunas a serem preenchidas e/ou sentidos ocultos a serem descobertos.

Esta pesquisa busca na sequência também a oportunidade de conhecer como o programa tem se efetivado na formação de docentes através do produto. Para efetivar a busca pelos dados e para responder os objetivos deste estudo, foram realizadas as leituras e análise de forma dirigida e com foco sempre nos discursos trazidos pelos documentos. Nos limites de tempo que este estudo propiciar, procuro reconhecer se subjetivamente o programa está construindo estratégias de governo da ação docente que possam se transmutar do dito nos documentos para a prática alfabetizadora.

A medida em que esta pesquisa objetivou analisar as estratégias de governo presentes nos documentos regulatórios do programa Tempo de Aprender, mobilizou, junto o conceito de discurso e o conceito de poder, poder que o Governo pode exercer nos os sujeitos no espaço escolar através do programa assim como da PNA. Operando e funcionando em discursos que são repetidos tantos nos documentos aqui analisados, como nos documentos curriculares que regem o trabalho docente.

Foucault (2014) pensa o discurso como uma ocorrência ou acontecimento e busca compreender seus efeitos, além das circunstâncias de possibilidade para a sua emergência.

Para um melhor entendimento, apresento a seguir a Política Nacional de Alfabetização, assim como os objetivos que resultaram posteriormente da criação do programa aqui analisado.

4 POLÍTICA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO

As políticas públicas são elaboradas conforme a racionalidade de governo contextualizadas como cultural, economicamente e socialmente. Elas governam e conduzem os sujeitos por meio de estratégias postas em circulação na população a que se destinam. As políticas produzem saber e poder, produzem regulação, modificando e reorganizando a forma e aos interesses daqueles que a conduzem.

Sabemos que a cada troca de gestão governamental, o Estado se organiza em estratégias para remodelar e apresentar propostas de programas voltados a educação como algo inovador e diferenciado, se utilizando na maioria das vezes argumentos e ideias internacionais e/ou, até mesmo somente renomeando programas já existentes, modificando algumas coisas para parecer como algo novo. A Política Nacional de Alfabetização surge como resultado de uma dessas estratégias conservadoras e aqui apontada como ferramenta da visão reducionista de alfabetização, que leva em consideração um discurso que diz ter base na ciência e que negligencia a pluralidade de ideias, principalmente no que tange as metodologias para o ensino da leitura e da escrita.

A Política Nacional de Alfabetização foi instituída através do decreto nº 9.765, assinado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro e pelo Ministro de Estado da Educação, Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub em abril de 2019. Em agosto do mesmo ano, o Ministério da Educação o MEC lançou o caderno do PNA com a finalidade de esclarecer os termos que aparecem no decreto, além também de trazer os dados e referências que foram utilizados na elaboração do documento. Este documento explica que a PNA tem como diferencial sua base científica, dizendo que não é só uma proposta puramente teórica, mas sim, trazendo uma proposta teórico-metodológica baseada em pesquisa.

O caderno⁴ é fruto de discussões que aconteceram entre especialistas em alfabetização e representantes do MEC, cada especialista contribuiu com um pouco da sua área de pesquisa e a partir destas discussões os materiais foram

⁴ Caderno do PNA que traz todas suas determinações, objetivos e metas. O caderno da PNA, foi lançado pelo MEC como um guia explicativo que detalha a política. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf

enviados ao MEC que organizou e redigiu os documentos para compor o caderno.

A Política Nacional de Alfabetização sugere uma preocupação do governo em melhorar os processos de alfabetização no Brasil, assim como seus resultados. Para elaborar essa política, o governo federal se organizou em um grupo composto por representantes da Secretaria de Alfabetização (SEALF), da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), da Secretaria Executiva (SE), do Gabinete do Ministro, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Conforme apresenta o caderno do PNA⁵, este grupo analisou a conjunção que se apresentava a educação no Brasil no que concerne a alfabetização e para concretizar seus esforços realizou encontros com representantes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Também convidou para participar pesquisadores da área conceituados em questões relativas à educação para que juntos apresentem suas contribuições. Este grupo que foi formado para elaborar a Política Nacional de Alfabetização além de discutir, argumenta ter estudado experiências conclusas e de sucesso realizadas em estados e municípios brasileiros com relação a alfabetização, assim como de outros países que formularam suas políticas públicas de alfabetização com base em pesquisas científicas e melhoraram os indicadores não só de leitura e escrita, mas também de matemática (PNA, 2019).

A PNA apresenta em seu documento normativo o ensejo de inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, a intenção é levar as

⁵ Caderno do PNA que traz todas suas determinações, objetivos e metas. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf

escolas do Brasil, promovendo, em consonância com o pacto federativo, as práticas de alfabetização mais eficazes, com a finalidade de criar melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país.

Para a contextualização, logo no início do documento há os índices e os marcos históricos que contribuíram para a criação da PNA, que são a Lei de Diretrizes e Bases, relatório de Alfabetização Infantil em 2003, prova ANA, BNCC em 2017, programa Mais Alfabetização e logo trazem outros marcos da alfabetização em outros países. No capítulo 2, o documento apresenta o que é uma aprendizagem baseada nas evidências e a ciência cognitiva da leitura.

4.1 A ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: A INSTITUIÇÃO DO DISCURSO DA CIÊNCIA COGNITIVA E NEUROCIÊNCIA

Por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf), o Ministério da Educação (MEC) apresenta a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que teria por objetivo elevar a qualidade da alfabetização e também o combate ao analfabetismo no Brasil.

Para a elaboração da PNA, foi formado um grupo de trabalho (GT), composto por representantes da Secretaria de Alfabetização (Sealf), da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), da Secretaria Executiva (SE), do Gabinete do Ministro, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Apoiados no discurso da neurociência e na ciência cognitiva da leitura, o grupo de trabalho orienta como ensinar as crianças de modo “eficaz”, na educação infantil e no ensino fundamental. Logo é trazido a aprendizagem de leitura e escrita como dependente da bagagem linguística que a criança traz consigo antes mesmo de ingressar no ensino fundamental, o nome da habilidade metalinguística é a consciência fonológica. Abaixo trago a fala de uma das especialistas sobre a alfabetização, em que é salientado sobre as experiências

que as crianças deveriam vivenciar mesmo antes dos anos iniciais, segue abaixo a fala de Snow, 2019⁶:

“Devemos ensinar explicitamente as crianças a converter letras em sons? Sim, claro. Essa é uma das principais habilidades que os bons leitores adquirem. Devemos ensinar as crianças a ler textos fáceis com palavras familiares? Sim, claro. É desse modo que elas desenvolvem fluência e automatismo. Devemos nos concentrar em ensinar vocabulário e conteúdo? Sim, claro. É assim que elas desenvolvem o conhecimento que sustenta a compreensão. Devemos expor as crianças a histórias instigantes? Sim, claro. É assim que elas aprendem sobre narrativas e se sentem mais motivadas a ler. Todas as divergências sobre o ensino de leitura começam com a alegação de que é preciso fazer uma ou outra dessas coisas no começo da alfabetização. Na verdade, temos de fazer tudo isso.” (SNOW, 2019, p. 30)

Segundo o caderno do PNA, os problemas da alfabetização no país serão superados com o nova instrução fônica, esses argumentos visam apagar evidências científicas que apontam que a realidade dos problemas enfrentados pela alfabetização estão diretamente ligados a problemas de cunho social, econômico, político e também a um conjunto de fatores educacionais, e também à desigualdade social e a não priorização da educação justa e de qualidade, principalmente pela falta de investimento financeiro nas escolas públicas como estabelece a Constituição Federal de 1988.

O documento supervaloriza a consciência fonêmica, desprezando um amplo conjunto de habilidades que impulsionam e contribuem para o avanço da criança no processo de alfabetização. Parece-me também que ao enfatizarem o método fônico como um grande sucesso para alfabetização, subestimam o fato de que ela é uma habilidade e possibilidade entre outras. Isso aparece, quando no documento, experts apresentam que a melhor possibilidade se constitui um discurso de verdade em torno do que cientificamente é o melhor para a alfabetização das crianças.

⁶ Catherine Snow Doutora em Psicologia pela McGill University Professora do Programa de PósGraduação na Harvard Graduate School of Education Especialista em Desenvolvimento de Linguagem e Literacia Infantil, uma das cientistas que colabora na PNA.

No capítulo 2 do documento, o discurso que se apresenta aponta para os termos alfabetização baseada em evidências e ciência cognitiva de leitura. O termo evidência é repetido por várias vezes durante o texto, conforme uma busca pelo significado do termo: substantivo feminino qualidade ou caráter do que é evidente, do que não dá margem à dúvida; condição de alguém ou algo que se destaca, que sobressai, atraindo a atenção circundante⁷. Partindo desses significados fica o questionamento: quais pesquisas na área de educação e alfabetização são baseadas em evidências científicas e que por consequências podem ser tomadas por orientação para políticas nacionais de alfabetização?

A ciência cognitiva da leitura afirma que, ao contrário do que supõem certas teorias, a aprendizagem da leitura e da escrita não é natural nem espontânea. Não se aprende a ler como se aprende a falar. A leitura e a escrita precisam ser ensinadas de modo explícito e sistemático, evidência que afeta diretamente a pessoa que ensina (DEHAENE, 2011). Por isso os professores também estão entre os principais beneficiados desse ramo da ciência (PNA, 2019 p.20).

A PNA se embasa nesse discurso de cientificidade, abolindo as manifestações anteriores discutidas que também eram pautados em evidências científica. Nesse sentido, o discurso trazido pelo Governo Federal baseando-se em evidências científicas, lança a PNA com a chancela de progresso, como “mais recente, mais atual e mais avançado”. Pode-se aferir que a forma como o PNA se apresenta gera um significado não totalmente real “há um intencional apagamento dos estudos nacionais sobre alfabetização, negando, inclusive, a discussão sobre letramento” (NOGUEIRA, LAPUENTE, 2021, p.3). Evidencia-se

Apesar dos dados e das evidências trazidos pelos relatórios e documentos citados, as políticas públicas para a alfabetização no Brasil, em âmbito nacional, continuam a ignorá-los em grande parte. Por essa razão a PNA se propõe a assumir e a difundir tais contribuições, ora aprimoradas pelas evidências científicas mais recentes. E uma das mais importantes consiste em adotar um conceito claro e objetivo de alfabetização (PNA, 2019 p.17).

⁷ Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=evidencia>

que discursivamente a nova política de alfabetização procura deslegitimar as produções nacionais e pautar como verdade o que é produzido externamente por pesquisadores não conhecidos na alfabetização, mas que nos são apresentados como experts científicos.

Repetido em várias partes do documento Caderno da PNA, bem como nos documentos normativos do Tempo de Aprender, o termo “evidências científicas” foi repetido e nos permite inferir que os documentos explicam uma visão de ciência. Em minhas análises, se desprestigia a enorme produção acadêmica e de pesquisa na área da alfabetização existente em nosso país, assim como os programas que estiveram vigentes nas últimas décadas, principalmente em relação a formação de professores.

A negação-desqualificação de políticas e produções anteriores por meio da afirmação – reiterada diversas vezes ao longo dos dois documentos – da “alfabetização baseada em evidências científicas” – que explicita uma visão de que o que se fez até então não foi baseado em conhecimento científico. Assim, a nova política não apenas incorre na histórica descontinuidade de políticas públicas, mas, mais que isso, busca, com seu texto, com suas visões de mundo (LOPES, 2019, p.86).

O Tempo de Aprender se apresenta como em uma missão bem extensa e tem como organização muitas ações que estão relacionadas entre si, pois inicia pela formação continuada e vai até um aplicativo para uso das crianças, com o objetivo de auxiliar nas ações como um apoio pedagógico para pais e professores. O seu nível de capilarização, se pensarmos enquanto governamento da conduta é extensivo, procurando promover suas ações de forma a investir em toda comunidade escolar, afinal a alfabetização se torna uma responsabilidade de todos e todas. Pois “somente com o trabalho colaborativo de famílias, professores, escolas, redes de ensino e poder público será possível elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro”.⁸

O discurso do valor científico apresenta um desmonte discursivo, as produções feitas por décadas em nosso país retratando de forma robusta um ideário do que é considerado como válido e adequado a alfabetização nacional. As autoras Kappi e Mello nos alertam que o documento da PNA, em sua “última

⁸ Apresentação da PNA, no site do MEC <https://alfabetizacao.mec.gov.br/#pna>

edição do relatório, em 2019, coincide com as ideias da atual gestão política, que entende as evidências científicas como importantes para os avanços na área da alfabetização no Brasil, o que faz emergir a Política Nacional de Alfabetização” (KAPPI, MELLO, 2022, p. 271).

Ora, basear a alfabetização em evidências de pesquisas não é impor um método, mas propor que programas, orientações curriculares e práticas de alfabetização sempre tenham em conta os achados mais robustos das pesquisas científicas. Desse modo, uma alfabetização baseada em evidências traz para o debate sobre o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita a visão da ciência, dados da realidade que já não podem ser ignorados nem omitidos. Entre os ramos das ciências que mais contribuíram nas últimas décadas para a compreensão dos processos de leitura e de escrita, está aquele que se convencionou chamar ciência cognitiva da leitura (SNOWLING; HULME, 2013; ADAMS, 1990; DEHAENE, 2011) (PNA, p. 20).

Tais investimentos do governo se baseiam em informações advindas internacionalmente e tem como discurso o ensino com princípio de fundamentação em ciências cognitivas. Nesse sentido, o discurso instituído pelo Governo Federal, baseando-se em evidências científicas, lança a PNA com a ideia de grande progresso científico, como o mais recente, o mais eficaz, mais atualizado e mais avançado em se tratando de alfabetização.

O discurso apresentado pela PNA visa a padronização das ações pedagógicas no Brasil, dessa forma os docentes precisam seguir as orientações e gerir seu trabalho conforme o orientado, mantendo as prescrições de como ensinar. Foucault (1979, p.118) quando pensa na mecânica do poder, pensa em sua “forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana”. Ao instituir-se enquanto política nacional que produz estratégias entre elas, o Programa Tempo de Aprender observa-se um investimento biopolítico de investimento em grandes coletivos. No caso a população atingida vem a ser a dos docentes em seu

processo formativo, mas que ao serem conformados em suas atitudes e gestos venham a atingir as práticas de alfabetização das crianças nos anos iniciais. O governo de um e de todos se realizando operacionalmente e interligado.

Foucault enfatiza em seus escritos que “o governo dos homens exige daqueles que são dirigidos, para além dos atos de obediência e de submissão, atos de verdade” (FOUCAULT, 1977a p. 101). Compreendo que nesta fala de Foucault é expressa a ideia de que os sujeitos possam proferir esta verdade como sua, sendo subjetivados a isso. Os atos de verdade que a PNA profere é a de que existe uma grande margem populacional que apresenta níveis insatisfatórios de alfabetização e que para que a situação não piore, o Governo implanta agora uma política inovadora e eficaz que deverá garantir condições amplas de aprendizado.

A comparar com uma planta, as habilidades adquiridas pela criança antes da alfabetização seriam como as raízes que lhe favorecem o crescimento, ao passo que a fluência em leitura oral, a compreensão de textos, a escrita conforme as regras ortográficas e com boa caligrafia seriam o seu florescimento. As raízes, nesse caso, formam-se na família e na pré-escola (CUNNINGHAM; ZIBULSKY, 2014); a planta cresce no 1º ano do ensino fundamental, e as flores desabrocham a partir do 2º ano. As pesquisas mostram que é importantíssimo desenvolver certos conhecimentos e habilidades de leitura e escrita na pré-escola, pois favorece não só o processo de alfabetização formal da criança, mas toda a sua vida escolar. São beneficiadas com isso sobretudo as crianças que não tiveram em casa um ambiente rico linguisticamente (NATIONAL EARLY LITERACY PANEL, 2009). (PNA, p. 21)

Aprendemos com Foucault que a verdade é “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros” (FOUCAULT, 2006, p. 233). Comparar o processo de desenvolvimento de aprendizagem das crianças ao de uma planta, no qual as raízes precisam ter melhor investimento para florescer, é procurar gerar uma identificação com as famílias, e com a educação pré-escolar de que a primeira infância tem que ser municiada com maior investimento para crescer. Não por acaso o programa Tempo de Aprender, que vem para operacionalizar uma das partes da PNA em versões *online* e presencial “destina-se a

professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e assistentes de alfabetização, sendo indicado para o último ano da Educação Infantil” (NOGUEIRA, LAPUENTE, 2021, p.2). Atinge-se assim um grande coletivo de profissionais de pessoas.

Acredito que se houve condições promovidas pelo governo federal que findou sua gestão em 2022, também ocorreu a promoção desse alinhamento a um regime de verdade sobre o que deve ser tomado como o processo de alfabetização. Os autores e instituições citados no documento do PNA ressaltam isso pois “reiteradamente percebem o Brasil à margem dos estudos científicos e atribuem a essa posição as causas dos índices elevados de crianças que não se alfabetizam na idade recomendada” (KAPPI, MELLO, 2022, p. 271). É possível então confirmar que o Tempo de Aprender enquanto a operacionalização da política, vem a constituir uma forma de governo específica e formativa, procurando convencer por meio da sua linguagem e instituição de um discurso específico que se volta inclusive de forma benéfica voltado até em melhorar a alfabetização das crianças de lares mais desfavorecidos.

Um discurso revestido de bondade, mas também repleto de significados de saber poder (FOUCAULT, 2006), que constroem um fluxo de ações que entre elas estão as que se voltam diretamente aos alfabetizadores. Veremos um pouco disso no capítulo seguinte em que apresento o programa e suas principais ações.

No próximo capítulo, apresento o programa Tempo de Aprender a fim de entender as ações previstas.

5 SOBRE O TEMPO DE APRENDER: ENTENDENDO O PROGRAMA

Ler e escrever permitem que os alunos desenvolvam outras habilidades importantes, que afetam positivamente toda a sua vida escolar, pessoal e profissional e nesse contexto o professor ocupa o papel de criar estratégias respeitando as características das crianças, usando como base seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica.

Com a finalidade de operacionalizar as ações previstas na Política Nacional de Alfabetização e pensado com base nos resultados das investigações para aferir o nível de alfabetização, no qual foram detectadas as áreas da alfabetização que necessitam de mais investimentos, o governo instituiu a partir da Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020 o Tempo de Aprender. Idealizado pela Secretaria de Alfabetização (SEALF) do Ministério da Educação, o programa de alfabetização Tempo de Aprender tem orçamento de mais de 220 milhões de reais⁹.

O Tempo de Aprender é um programa voltado principalmente para a alfabetização, foi planejado para a formação de professores alfabetizadores para elevar a qualidade de ensino. Seu objetivo é a partir de dados científicos de outros países, serve para criar estratégias para melhora nos processos de ensino aprendizagem. Entre os objetivos que fundamentam o programa trago um excerto da portaria que relata os objetivos para sua criação, que são:

Art. 6º São objetivos do Programa Tempo de Aprender:

I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;

II - Contribuir para a consecução da Meta 5 do Plano Nacional de Educação, de que trata o Anexo à Lei nº 13.005, de 2014;

III - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País; e

IV - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em seus diferentes níveis e etapas. (BRASIL,2020)¹⁰

⁹ https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/mec-lanca-programa-tempo-de-aprender-para-aprimorar-a-alfabetizacao-no-pais

¹⁰ Portaria Nº 280, de 19 de fevereiro de 2020 Institui o Programa Tempo De Aprender, que dispõe sobre a alfabetização Escolar no âmbito do Governo Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>

Ao ler com atenção e mergulhar nas normativas do programa, assim como ele é apresentado visando o âmbito da alfabetização nos anos iniciais, me parece que ele exercerá como solução para a problemática, envolvendo os índices de alfabetização e atuando como investimento na formação dos docentes. Evidenciando sempre que isso só acontecerá por meio de abordagens cientificamente apresentadas pelos cientistas que compuseram o GT que elaborou a PNA.

Observa-se, assim, na análise do documento de referência do curso de formação Tempo de Aprender, uma intencionalidade em destituir as propostas criadas anteriormente, apontando que elas não foram suficientes para garantir uma alfabetização plena. Não há menção às muitas rupturas e lacunas geradas em razão da descontinuidade de programas como o Pacto Nacional da Alfabetização para Idade Certa (BRASIL, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d), por exemplo. Além disso, na análise realizada, observa-se, ainda, que os formuladores da proposta desconsideram que os índices das avaliações externas não evidenciam em sua totalidade o processo de alfabetização no Brasil (KAPPI, MELLO, 2022 p. 273).

Ao ler a proposta, vou percebendo suas intencionalidades e fica claro a subestimação a todos os programas que já foram implementados no campo de alfabetização, sempre evidenciando que a educação que antes fora oferecida não era uma educação plena, de qualidade e eficaz.

Isso me leva a entender que ao focar na ação docente como a solução de toda a questão envolvendo a alfabetização do país, perpassa um investimento de governo de conduta docente. Se evidencia a importância desta questão para o desenvolvimento social do país e para a participação docente nesse processo gerando uma mobilização que produz “estrategicamente o envolvimento e o discurso da formação como a salvação, capaz de modificar e até substituir práticas institucionais, padrões de atuação, modelos de comportamento docente” (POSSA, BRAGAMONTE, 2018)¹¹.

As ações do programa são interligadas e articuladas e em sua portaria se apresentam como destinadas aos professores, gestores e alunos do ciclo de alfabetização das escolas públicas brasileiras, saliento que meu foco aqui nesta investigação será a formação docente. Todas as informações são organizadas

¹¹ Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619866084010/html/>

de acordo com o perfil de atuação e as ações organizadas em quatro eixos de acordo com o Art. 2º, que são:

I - Eixo Formação continuada de profissionais da alfabetização:

- a) formação continuada para professores alfabetizadores e para professores da educação infantil;
- b) formação continuada para gestores escolares das redes públicas de ensino; e
- c) programa de intercâmbio para formação continuada de professores alfabetizadores.

II - Eixo Apoio pedagógico para a alfabetização:

- a) sistema on-line com recursos pedagógicos e materiais para suporte à prática de alfabetização;
- b) recursos financeiros de custeio para assistentes de alfabetização e outras despesas previstas em resolução específica;
- c) aprimoramento do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD para educação infantil e 1º e 2º anos do ensino fundamental.

III - Eixo Aprimoramento das avaliações da alfabetização:

- a) aplicação de diagnóstico formativo de fluência em leitura;
- b) aperfeiçoamento das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb voltadas à alfabetização; e
- c) avaliação de impacto do Programa.

IV - Eixo Valorização dos profissionais da alfabetização, por meio da instituição de premiação para professores alfabetizadores.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria, consideram-se:

I - Professores alfabetizadores, aqueles que atuam na regência de turmas dos 1º e 2º anos do ensino fundamental;

II - Professores da educação infantil, aqueles que atuam na regência de turmas do último ano da pré-escola;

III - gestores escolares, os diretores e os coordenadores pedagógicos das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil das redes públicas de educação básica;

IV - Entidades Executoras - EEs, as secretarias municipais, estaduais e distrital de educação; e

V - Anos iniciais do ensino fundamental, os compreendidos entre os 1º e 5º anos, com ênfase nos dois primeiros.

Dentro das ações do programa que estão organizados no eixo 1 a Formação prática para professores alfabetizadores, cito as duas principais:

- Curso Práticas de Alfabetização O curso on-line Práticas de Alfabetização destina-se principalmente a professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e assistentes de alfabetização, sendo também proveitoso para gestores de redes educacionais e para toda a sociedade civil interessada.
- Curso Práticas de Produção de Texto O curso on-line Práticas de Produção de Texto é uma reedição do curso Ativando a Linguagem: Português Através de Módulos, do professor Eurico Back. Originalmente elaborado em modalidade a distância para docentes de 1a a 4a série do 1º grau do estado do Paraná, o curso alcançou considerável sucesso nas escolas. A proposta, então, foi atualizada para o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (Avamec) e integrada, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o programa Tempo de Aprender (BRASIL, 2020).¹²

Esses dois cursos são disponibilizados de forma online e gratuitos, e podem ser feitos a qualquer momento por qualquer pessoa interessada, principalmente professores alfabetizadores. Dentre os cursos oferecidos pelo programa ainda fazem parte os seguintes: Certificação Avançada para Gestores Educacionais da Alfabetização; Recursos do Práticas de Alfabetização; Curso Alfabetização Baseada na Ciência (ABC) e Práticas de alfabetização.

Para aderir ao programa as entidades devem realizar por meio do módulo SEALF/MEC do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC, ou outro sistema indicado pelo Ministério da Educação, para isso já no ato devem indicar coordenador e vice coordenador local do Programa para atuarem como pontos focais da SEALF/MEC.

No Artigo nº 40 da Portaria, fica instituída as ações de recursos financeiros via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, nos termos de normativo específico, sendo vedada a utilização do recurso para pagamento de pessoal.

A portaria de instituição do programa prevê a aplicação de avaliação de impacto do Programa aos alunos dos 1º e 2º anos do ensino fundamental das escolas participantes, na forma de normativo específico.

Art. 44. A avaliação de impacto poderá ser composta de uma ou mais aplicações, em calendário previamente disponibilizado pelo MEC, sobre escolas pertencentes a uma amostra pré-definida.

¹² Portaria Nº 280, de 19 de fevereiro de 2020 que institui o Programa Tempo De Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>

Art. 45. As Entidades Executoras participantes do Programa devem prestar toda a assistência técnica necessária a viabilizar as aplicações, garantindo a boa condução da presente ação nas escolas escolhidas para fazerem parte da amostra (BRASIL, 2020).¹³

Além de avaliar os alunos, o programa tem como ação a “premiação” dos professores que se destacarem e apresentam bom desempenho na participação das ações nas escolas participantes. Segundo o documento, a premiação objetiva o incentivo por melhorias da aquisição da aprendizagem por meio das atividades mediadas por estes profissionais.

Chama a atenção na leitura da portaria o fato de que o monitoramento do programa se dará por meio de várias determinações, que são:

- os coordenadores e vice que representam os programas nas escolas deverão produzir relatórios a partir de registros de uso e questionários aos usuários;
- relatório dos membros das redes a que se referem o art. 20 e o art. 31 desta Portaria;
- relatórios dos professores mencionados no art. 32 desta Portaria;
- resultados do diagnóstico formativo de fluência em leitura oral e da avaliação de impacto das ações do Programa; e relatórios produzidos por equipes que eventualmente sejam contratadas com a finalidade¹ de aperfeiçoar o monitoramento do Programa (BRASIL, 2020).

Fica claro neste trecho da portaria normativa o objetivo de regulação docente e a subjetivação dos professores, coordenadores e vice, já a avaliação diagnóstica se apresenta como uma ação de homogeneização, pois será aplicada em larga escala sem levar em conta as diversidades apresentadas em cada instituição.

Este capítulo serviu de embasamento para conhecer um pouco do programa em sua estrutura e como ele se apresenta, o esforço empreendido aqui foi no sentido de conhecer melhor o programa e procurar apresentar um pouco de suas ações. O planejamento realizado pelos organizadores prevê ainda muitas outras ações que acabaram por não se efetivar até a finalização deste trabalho, segundo buscas realizadas em suas plataformas.

¹³ Portaria Nº 280, de 19 de fevereiro De 2020 Institui o Programa Tempo De Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>

5.1 O GOVERNAMENTO PELA FORMAÇÃO

Considerando a forma em que o Estado se preocupa em estabelecer sua relação de poder saber, perante os sujeitos, ou seja, relações de poder exercidas através de instituições mantidas e ou reguladas pelo Estado, podemos entender também que para governar é necessário organizar o eventual campo de investimento na população a fim de exercer o governo dos sujeitos. Como Foucault, entende-se que “[...] o que caracteriza a finalidade da soberania é esse bem comum, geral, é apenas submissão à soberania” (FOUCAULT, 2017, p. 417). Esse conjunto de práticas necessárias para bem governar uma nação ganha novos contornos no Estado Moderno, onde para além de um governo de território (Poder Soberano), é necessário gerir as populações e suas regularidades (Poder Disciplinar), para isso a razão de governo se desloca para tudo que possa atingir uma população, suas forças e suas eventuais fraquezas (FOUCAULT, 1999). Com isso vemos proliferar políticas assistenciais, de saúde, seguridade e educacionais na modernidade.

Para esse estudo, irei utilizar não somente o termo governo, mas também governo ao me referir as ações exercidas pelo Estado enquanto políticas voltada aos sujeitos da educação, nesse caso da formação docente. A citação a seguir exemplifica o benefício do uso de *governo* no lugar de *governo*. Ao discutir a arte de governar, Foucault (1992, p.280) diz:

os governantes, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos esses governos estão dentro do Estado ou da sociedade.

Esclareço a utilização da nomenclatura governo e não governo neste estudo, pois sempre que utilizar a expressão, estarei me referindo aos “processos de governo enquanto condução das condutas alheias - que objetificam aqueles que são conduzidos [...]” (VEIGA-NETO, SARAIVA, 2011, p. 8).

O pensamento foucaultiano me possibilita pensar sobre a instituição escolar, enquanto locus conduzido pelo Estado como uma engrenagem de

regulação dos sujeitos. Como explicam Veiga-Neto e Saraiva (2011), essa instituição:

[...] afinada com a racionalidade política moderna, ela totaliza, ao mesmo tempo que individualiza; isso é, se por um lado a escola constitui individualidades singulares, criando subjetividades que pensam únicas e indivisíveis, ela também cria posições de sujeito subordinadas a um todo social [...] (VEIGA-NETO, SARAIVA, 2011, p. 9).

Dessa forma, entendi como possibilidade o uso da noção de “governo” como uma ferramenta essencial na perspectiva teórico-analítica empreendida neste trabalho, que me permite tensionar discursos oriundos nos documentos. Trabalhar com a perspectiva pós-crítica e operar com o governo enquanto ferramenta me permitiu olhar como são adotadas as medidas e as ações previstas pela Política Nacional de Alfabetização e o programa Tempo de Aprender enquanto investimentos a atingir a condução e regulação da população a que se destinam, se utilizando de estratégias e mecanismos de subjetivação.

Como ferramenta formativa estratégica da Política Nacional de Alfabetização nasce o programa Tempo de Aprender que organiza e desenha os caminhos para as práticas desejadas pela PNA, com base nas ações desejadas pelo governo federal.

A alfabetização diretamente relacionada ao fracasso escolar fez-se um dos principais focos de investimento do Governo Federal, que nas últimas décadas abandonou os discursos dos antigos métodos de alfabetização – analítico, sintético e misto -, e instituiu políticas de formação continuada do professor, seguindo os discursos tidos como mais atuais da área – psicogênese, letramento e consciência fonológica – que foram incorporados paulatinamente a cada nova política de formação de professores que surgia como instrumento para a melhoria da qualidade de ensino (TEIXEIRA; SILVA, 2021, p. 668).

Diante na necessidade de melhorar as condições de ensino, os governos que passaram pelo poder nesses últimos anos tiveram muitas ideias para organizar as demandas da educação, principalmente em se tratando de alfabetização. Ao analisar os documentos que regem as ações do Tempo de Aprender, fica clara essa necessidade de (re)adequar e (re)desenhar as ações

governamentais, organizando as práticas escolares e o currículo de forma padronizada, monitorando e avaliando as ações dos atores pedagógicos, em destaque as ações dos professores.

Com base na Política Nacional de Alfabetização (PNA) e direcionado para a aplicação de práticas baseadas em evidências científicas nacionais e internacionais que deram certo, o novo programa do MEC traça um plano estratégico para corrigir a rota das políticas públicas de alfabetização no país (BRASIL, 2020).

O programa já alerta que é necessário corrigir a rota, portanto parte do entendimento que vinha ocorrendo não estava a contento do necessário para a formação dos alfabetizadores. O Tempo de Aprender é fruto da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e está para ela como mecanismo, instrumento que o governo utiliza na operacionalização das ações previstas na Política Nacional de Alfabetização, que prevê muitas ações que foram construídas e pensadas usando como base as estratégias de outros países, que vivem outras realidades. Ao ler o texto, parece o excerto que o Programa desprende atenção ao fato de se pautar em evidências científicas, se utilizando dessa estratégia como forma de legitimar sua instituição e a importância de sua abrangência, corrigindo, “(re)orientando os processos de formação para alinhar os docentes a essas verdades” (POSSA, BRAGAMONTE, 2018, p.1059).

Essas estratégias de governo têm como objetivo reafirmar o discurso de forma a que ele se institua como verdade, na intenção de conduzir os professores alfabetizadores e alfabetizados a realizar seus objetivos, sem levar em conta suas diferentes realidades e vivências, nos âmbitos regionais, culturais e socioeconômicos. As estratégias de governo desenvolvidas por projetos e programas ocupam cada vez maior centralidade na sociedade contemporânea (LOCKMANN, 2013), em especial no campo da educação.

Outra ação do eixo é o fornecimento de apoio financeiro para despesas de custeio de escolas para atuação de assistentes de alfabetização, profissionais que auxiliam os professores no manejo da sala. Por meio do Programa

Dinheiro Direto na Escola (PDDE), coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o MEC vai destinar R\$ 183 milhões para a iniciativa. Os repasses ocorrerão de acordo com o calendário oficial e deverão atender prioritariamente escolas em situação de vulnerabilidade. (BRASIL, 2020)

Ainda não é viável dizer se as ações do PNA e Tempo de Aprender por conseguinte serão ou não eficazes e alcançar seus objetivos, uma vez que em termos de solidez de implementação ainda não é possível afirmar isso. Pode-se de antemão dizer é que diante de tal investimento financeiro o programa procura se mostrar atrativo e estruturado e isso é mais uma estratégia de regulação para que as escolas públicas que precisam de recursos sejam atraídas para a aderência ao Programa.

Para corroborar com essas informações, trago as palavras de Mortatti quando diz que “sua eficácia, no entanto, depende de concretização e execução por sujeitos sócio-históricos que vivem no “mundo real” da escola pública brasileira e do ensino e aprendizagem da leitura e escrita” (2019, p.48). A autora nos diz que todo o programa vai se efetivar em processos em que os sujeitos estão implicados com sua realidade socioculturais e econômicas, em outras palavras posso suspeitar que um programa que almeja efetivar o governo da docência dos alfabetizadores procura uma pulverização nacional das práticas formativas, quando existem diversidade que podem ou não ser contempladas.

Teixeira e Silva nos alertam que a alfabetização historicamente vem sendo alvo de ações governamentais, e “percebe-se que as políticas públicas de formação do professor, ao serem lançadas, vêm carregadas de intenções e verdades quanto à formação dos sujeitos.” (TEIXEIRA; SILVA, 2021). Estrategicamente se exerce o governo da formação docente contextualizadas com a verdade de uma época, social e econômica.

Um dos fatores chama minha atenção em relação aos programas vindos do “guarda-chuva” PNA, é o investimento em novas tecnologias e o incentivo financeiro à educação. Sabedores que somos do sucateamento da escola da ação da educação e da ação docente entendo isso como estratégia de governo, que procura seduzir os sujeitos a sua proposta devido aos múltiplos benefícios que ela traz.

Art. 9º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Nacional de Alfabetização:

I - Avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados;

II - Incentivo à difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem;

III - desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização;

IV - desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita; e V - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política (BRASIL, 2019, art.9º, incisos I a V).

Ao examinar o capítulo de Avaliação e Monitoramento, atentamos a ideia de que este pode funcionar como um dispositivo pedagógico, de controle, vigilância e normatização. Tomando o pensamento foucaultiano como referência podemos observar sobre a avaliação de um programa:

[...] como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes (FOUCAULT, 1979, p.138).

Os dispositivos de regulação e ajuste perfazem a realidade de qualquer programa, mas principalmente quando se quer índices de qualidade e eficiência, em que o jogo como dito por Foucault, é permitir o ajuste constante. Adequar para melhor promover as ações de governo, o programa se autorregula para melhor regular a população formativa que objetiva. Essa é mais uma ação

de governo para fins de regular o processo de formação dos docentes, não levando em conta a realidade educacional, social e cultural de cada indivíduo, levando a uma proposição que padroniza e regra o que é útil e necessário para o ciclo da alfabetização.

Em 2022, a avaliação foi organizada e planejada para acontecer de novembro a dezembro, nos mesmos moldes da edição de 2019. Conforme Portaria nº 250/21 de 6 de julho de 2021, que diz:

Haverá aplicação censitária nas escolas públicas para o 5º e o 9º ano do ensino fundamental e para a 3ª e a 4ª série do ensino médio. A novidade de 2021 é a avaliação da educação infantil, que será realizada de forma amostral, por meio de questionários aplicados aos secretários municipais de Educação, diretores e professores dessa etapa. (SAEB,2021)¹⁴

Em minhas buscas não encontrei muitas informações em relação a avaliação que aconteceria em 2022, somente as informações no site oficial, que prevê que a avaliação acontecerá de forma amostral, bem como a participação da educação infantil por meio de questionários que serão aplicados aos secretários municipais de Educação, diretores e professores que atuam nessa etapa. Nota-se aqui mais uma fragilidade do programa, a falta de informações e do site com botões com a seguinte mensagem: EM BREVE.

Ao manifestar suas intenções de pretensão de desenvolver avaliações com a intenção de medir a eficácia do programa e por consequência dos processos de alfabetização, o governo revela em seu discurso um jogo de forças, em que estão imbricados os mecanismos de poder, a produção e um saber padronizado e classificatório.

O documento ao propor os indicadores de fluência oral de leitura e escrita, por meio de testes padronizados, evidência que o governo faz o que Foucault chama de adestramento do corpo e da mente do sujeito. Avaliações deste gênero abrange uma ampla demonstração de controle e disciplina, considerando que os sujeitos “crianças” são sujeitados a esse tipo de avaliação que mede o seu conhecimento, dessa forma precisam ser submetidos a insistentes rotinas de treino, para melhorar sua fluência na leitura.

¹⁴ Portaria sobre a aplicação do Saeb 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/publicada-portaria-de-realizacao-do-saeb-2021>

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que em todos os dispositivos de disciplina o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das 85 relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível (FOUCAULT, 1977, p. 164-165)

O decreto da PNA faz referência nas práticas de formação do professor da Educação Infantil e do professor alfabetizador em práticas centradas nas ciências cognitivas, assim interferindo diretamente nas ações dos professores. Utilizando-se do poder como dispositivo de poder e de regulação, conforme o excerto abaixo:

II - Desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados para a literacia emergente, a alfabetização e a numeracia, e de ações de capacitação de professores para o uso desses materiais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; (BRASIL, 2019, art. 8º, inciso II).

Tomando as teorizações foucaultianas mais uma vez para minhas análises, podemos identificar que estes dispositivos pedagógicos podem ser tomados como estratégias de força que são sustentadas por um tipo de conhecimento e visam conduzir os atores envolvidos, a um caminho determinado. Mais uma vez considero importante retomar como Foucault entende governo,

[...] seguramente não no sentido estreito e atual de instância suprema de decisões executivas e administrativas em um sistema estatal, mas no sentido largo e antigo de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens (FOUCAULT, 2009, p.21)

Em alguns momentos fica evidente, como no excerto destacado para análise, que o governo expressa de forma pontual a regulação do trabalho

docente e o monitorado de forma contínua em que irá reforçar por meio de materiais pedagógicos as noções de literacia e numeracia. Nessa parte, o documento define que todos os professores de Educação Infantil devem produzir materiais, mantendo dentro as práticas e todos os caminhos pelos que nele estão inseridos. Se evidencia que a capilarização do Tempo de Aprender que tem foco na formação de alfabetizadores se estende a Educação Infantil, em que pode-se suspeitar que é vista como etapa preparatório para a alfabetização. Nesse sentido, cabe o alerta das pesquisadoras Teixeira e Silva.

Cabe a nós, professores, estudiosos e pesquisadores, analisarmos, com base em experiências passadas, este novo cenário que se apresenta, para assim podermos nos posicionar frente a este novo contexto que traz à tona antigas metodologias travestidas dentro de uma nova roupagem, a da eficiência, da eficácia e da evidência científica (TEIXEIRA; SILVA, 2021, p.667).

Eu como estudiosa ao me apropriar de um conjunto das ações do tema investigado, entendo que nós pesquisadores conduzimos uma trajetória de estudo e acompanhamento das pesquisas em uma determinada área. Cabe continuarmos vigilantes nos caminhos traçados pelas ações de um governo como forma de problematizar, com um olhar dedicado e cuidadoso, sem nos deixarmos nos ludibriarmos com algumas questões ainda frágeis e sem o devido cuidado histórico que tanto Educação Infantil quando Anos Iniciais têm construído nas práticas de alfabetização por docentes e pesquisadores no Brasil.

5.2 SUBJETIVAÇÃO DOCENTE

Ao me debruçar nesses documentos pude discutir com mais embasamento sempre com a expectativa de novas possibilidades não pensadas inicialmente. Com as observações iniciais fui capaz de olhar e de perceber que as mudanças nos espaços e tempos escolares, bem como, essas novas caracterizações advindas de concepções internacionais estão tendenciando o modelo de alfabetização no Brasil.

O interesse neste capítulo é pensar e discutir como as estratégias discursivas de subjetivação são produzidas nos documentos regulatórios, de forma a apresentar em seus excertos procedimentos que podem inferir no governo dos sujeitos docentes, na direção dos gestos, pensamentos e práticas

docente. Me interessa nesta seção trazer como pano de fundo das discussões as ações pretendidas pelo programa Tempo de Aprender, utilizando suas orientações para analisar como os processos de regulação e subjetivação se apresentam.

Formação Continuada em Práticas de Alfabetização

Este curso on-line se destina principalmente a professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e assistentes de alfabetização, sendo também proveitoso para gestores de redes educacionais e para toda a sociedade civil interessada.

São apresentadas estratégias de ensino e atividades destinadas ao 1º e ao 2º ano do ensino fundamental baseadas em evidências científicas e de caráter prático, voltadas à sala de aula (BRASIL,2020).

Aqui é possível perceber a condução do trabalho docente sendo posta em operação a partir de práticas diretivas de condução. Nas orientações é ofertado a formação continuada em formato online por meio de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), excluindo todas as possibilidades de um processo formativo com trocas de experiência, a discussão de resultados, a construção colaborativa de práticas exitosas o que a presencialidade talvez propiciasse¹⁵.

Sabemos que para muitas áreas da educação os cursos EAD são proveitosos e muito populares, porém para a formação docente isso se apresenta como uma ferramenta que universaliza as práticas, regendo o trabalho docente de forma única e engessada. Não é intuito deste trabalho realizar uma crítica a esse processo, antes pelo contrário, pois se a pandemia da COVID-19 nos ensinou algo no campo educativo foi operar com plataformas e recursos tecnológicos que impediram o engessamento das práticas educacionais. Tal formato pode ser visto mesmo como produtivo para a possibilidade de uma formação de grande abrangência que talvez a presencialidade impedisse. Mas no registro teórico deste estudo, me cabe observar que, aqui reside uma

¹⁵ Modelo que era utilizado na formação de professores do ciclo da alfabetização do PNAIC.

estratégia potente de subjetivação em larga escala, pois se pulveriza, capilariza um programa de formação para uma parcela considerável da população.

Considero muito importante que a formação continuada seja um momento em que todos possam participar e até mesmo construir, pois a opinião de quem está à frente do processo deve ser levada em conta. Dessa maneira, por meio da análise realizada pela Portaria 280/2020, denuncia-se a proposição de uma formação continuada técnica, a qual expressa um retrocesso ao campo de conhecimento acerca da formação continuada de professores/as alfabetizadores/as no Brasil.

Em relação às formações continuadas, disponibilizadas por meio do eixo “Formação continuada de profissionais da alfabetização” do Programa Tempo de Aprender, destacam-se os cursos Práticas de Alfabetização (com mais de 500 mil cursistas) e Alfabetização Baseada na Ciência – ABC, (com mais de 260 mil cursistas) (BRASIL,2020).

Todo processo de formação continuada pode ser tomado como investido de possibilidades que subjetivam, principalmente quando atinge uma boa parcela populacional a que se destina como os números do programa evidenciam. Os discursos produzem saber correlacionados a campos de saber, eles produzem os sujeitos de uma determinada forma, logo pode-se aferir que o discurso do programa Tempo de Aprender realiza um investimento na indução e produção de uma visão e prática a ser adotada pelos docentes na sua cotidianidade.

Neste momento, torna-se importante compreender como a retórica tida como dominante produz regimes de verdade que estabelecem consensos sobre o que é (ou deve ser) considerado anormal, irrelevante ou desprezível. Essa retórica caracteriza-se como a denominação de verdades, estabelecidas por um jogo de regras, pela ordem do discurso que condiciona saberes produzidos historicamente, e não pela ordem das coisas ou das palavras. Assim, a realidade que vem sendo produzida produz também silêncios de discursividades, os quais são geradores, de certo modo, de atitudes conformistas, as quais de modo algum contribuem para o avanço das questões que nos afligem no campo educacional. (BOLSON, 2014, p.6).

Os sujeitos interpelados pelos discursos do Programa Tempo de Aprender subjetivam tais verdades e assumem elas como “a verdade”. O alerta de Bolsonaro nos faz pensar como tais recursos disponibilizados pelo programa visam instituir subjetivamente os docentes sobre quais verdades eles devem abraçar e adotar em relação a alfabetização, qual seja uma alfabetização eficaz baseada na ciência.

O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza aos professores alfabetizadores de todo o país o curso ‘Fluência em Leitura’. A capacitação é gratuita e tem o objetivo de fornecer aos docentes as habilidades necessárias para avaliação da fluência em leitura de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, em especial dos 1º e 2º anos.

O curso foi lançado no mês de outubro e está disponível na [Plataforma de Avaliações Diagnósticas e Formativas](#). Ele integra as ações do Programa Tempo de Aprender, da Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC.

O curso fornece, ainda, as habilidades necessárias para a apropriação e o uso dos resultados da avaliação da fluência em leitura. A partir dessas avaliações, os professores alfabetizadores podem identificar o que e como os estudantes conseguem ler, dentro de um tempo médio, previamente determinado, além de saber quais estudantes ainda não são capazes de realizar uma leitura compatível com o ano de escolaridade em que se encontram.¹⁶

Bolson nos alerta que contemporaneamente vivemos uma docência que deve estar sempre em busca do ideal que precisa ser continuamente desenvolvido pelos professores.

“Por meio dos discursos que vêm sendo proferidos na contemporaneidade, passa a ser constituído como sujeito que “deve” portar-se de modo crítico e reflexivo e incorporar os hábitos do auto-exame de modo a entender que é sua a responsabilidade pelo estado de coisas que ocorrem no contexto escolar” (BOLSON, 2014, p. 6).

¹⁶ Disponível em <https://alfabetizacao.mec.gov.br/ultimas-noticias/318-mec-oferece-curso-gratuito-para-professores-avaliarem-a-fluencia-em-leitura-de-estudantes>

Em um discurso revestido de bondade e interesse se torna possível alcançar esse ideal profissional uma vez que a formação oferece internamente meios para que o professor se habilite, se qualifique. Um mecanismo importante em um processo de subjetivação é cercar os sujeitos que se quer subjetivados de todas as formas possíveis. Entre o que se é, o que se pode vir a ser, é por onde caminham os processos de subjetivação a que os docentes são interpostos em uma formação de larga abrangência. Me inspiro em Larrosa quando nos alerta que “o ser humano, na medida em que mantém uma relação reflexiva consigo mesmo, não é senão o resultado dos mecanismos nos quais essa relação se produz e se medeia” (2008 p.57). Ou seja, o Tempo de Aprender produz meios que operam na produção da qualificação ou naquilo que os docentes devem entender que precisam ser qualificados.

Em meio ao processo inovador e tecnológico do momento outra ferramenta utilizada pelo programa foi o GraphoGame que se apresenta como um aplicativo de jogos que permite desenvolver ortografia, habilidades de leitura, esse aplicativo foi originalmente desenvolvido na Finlândia e seu conteúdo adaptado “para o português do Brasil pelo Instituto do Cérebro, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul”¹⁷. Mais um exemplo de como subjetivamente uma formação se ajusta para maior alargamento de suas ações e com benefícios que visam instituir um meio para os docentes qualificarem sua ação:

O lançamento do GraphoGame no Brasil é uma ação do Ministério da Educação, no âmbito da Política Nacional de Alfabetização e do programa Tempo de Aprender, com a colaboração de cientistas brasileiros, para apoiar os professores, em atividades de ensino remoto, e as famílias, no acompanhamento das crianças no processo de aquisição de habilidades de literacia.¹⁸

Essa seção não tem a intenção de analisar o Graphogame, mas sim mostrar como as práticas de subjetivação empenhadas pelo programa se reinscrevem na atualidade. Para melhor alcançar o docente, esse auxílio pode

¹⁷ Informações obtidas no site do programa “<https://alfabetizacao.mec.gov.br/grapho-game>”

¹⁸ Disponível em. <https://alfabetizacao.mec.gov.br/grapho-game>

ser conseguido na palma da mão pelo celular, mostrando o investimento em produzir nos docentes o quanto o programa pode ser prático e útil.

Implantar ações de um programa voltada à alfabetização não deveria deixar de ser precedida pelo debate entre os sujeitos da educação envolvidos nesse processo, incluindo os pesquisadores da área e os professores que atuam na educação básica. Parece que dessa forma os docentes precisam ser convencidos da legitimidade dessas propostas e sua eficácia, sendo tratados como pessoas que podem ser capazes de efetuar seu trabalho. Dessa forma são tratados como profissionais capacitados e conhecedores do que foi planejado e decidido por agentes externos, determinados por meio de decretos ou políticas.

Analisar as informações contidas nas ações do programa possibilitaram a construção de novos campos de inteligibilidade sobre os processos de subjetivação da ação docente, podendo contribuir tanto para compreensão das intenções intrínsecas nos documentos, quanto para subsidiar a organização dos processos de formação continuada. Vislumbrei também a importância de estratégias que oportunizem ao docente experiências de discussão que sejam capazes de movimentar suas ações cotidianas.

6 PROPOSTA DE PRODUTO: PODCAST

Como forma concreta de discutir e problematizar as ações dos professores alfabetizadores, pensamos em vários produtos que poderiam sim produzir ferramentas e subsídios para as práticas de alfabetização. Junto a minha orientadora pensamos qual maneira seria mais acolhedora e não cansativa para levar a comunidade dicas, relatos e até mesmo uma boa conversa com esse público. Foi neste momento que surge a proposta de por meio de uma roda de conversa poder levar a outros espaços a narrativa direta de quem vivencia o dia adia da escola.

Surgiu então a ideia de gravar essas conversas com episódios de uma série de podcasts, trazendo de forma leve as incertezas, o relato, as alegrias e dificuldades vividas na escola, utilizando como ferramenta difusora dos conhecimentos de quem passa boa parte de sua vida ensinando e aprendendo com os alunos.

Os episódios contarão com a presença das professoras convidados para a participação da gravação dos podcasts, estes foram convidados levando em considerações suas diversas trajetórias no campo da educação e alfabetização.

Mas afinal, o que são os podcasts? Podcasts são episódios e/ou programas de áudio que podem ser ouvidos e até mesmo baixados da Internet, podendo ser reproduzidos em serviços de streaming. Estes podem ser organizados em uma série de episódios.

Os podcasts surgiram do termo "iPod", dispositivo reproduzidor de áudio da Apple, e "broadcast", palavra em inglês que significa "transmissão". Quem criou essa definição foi ex-VJ da MTV Adam Curry junto ao desenvolvedor de softwares Dave Winner. Os dois criaram um programa de nome "iPodder" em 2004, que dava ao ouvinte a opção de poder baixar automaticamente transmissões da Internet para iPods¹⁹.

Os podcasts podem ser ouvidos em várias plataformas digitais como: Spotify, Google Podcast, Resso, Amazon Music, entre outros. Os acessos aos episódios podem ser feitos a qualquer momento e podem ser salvos em uma

¹⁹ Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-podcast-saiba-tudo-sobre-os-programas-de-audio-online.ghhtml>

Playlist que organiza todas as músicas para que o ouvinte acesse de forma rápida. Podemos perceber um grande potencial nesta ferramenta, que vai muito além da flexibilidade. A questão do tempo e espaço acaba sendo peça chave para sua inserção no meio educacional, dado que, agora, o tempo ou sua falta pode fazer muita diferença quando as pessoas forem realizar suas tarefas.

O Produto educacional desloca-se como uma forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional e caracteriza-se como um recurso com estratégias educacionais que favorece a prática pedagógica²⁰. A partir dessa inspiração, organizei então uma pequena série para apresentar o produto educacional dessa dissertação.

Inicialmente foram gravados três primeiros episódios do podcast que fora intitulado “TEMPO DE APRENDER, VAMOS FALAR SOBRE ISSO? em que convidamos professores que trabalham no ciclo de alfabetização e que trarão suas contribuições e experiências para um momento de troca de experiências, além do relato de docência e sobre a discussão acerca do programa Tempo de Aprender.

Pensando na qualidade do produto, procurei um estúdio com a aparelhagem própria para as gravações e também, pois, pensei que não seria bom utilizar muito tempo dos convidados. Assim, agendamos um horário para efetivar as gravações, que aconteceram de forma direcionada, mas ao mesmo tempo deixando os convidados a vontade para expressar suas opiniões.

Os episódios do podcast são públicos e poderão ser compartilhados de maneira demasiada, ao realizar as gravações ficou nítido a alegria de cada um em poder falar sobre suas vivências, surgiu até mesmo o desejo de realizar outros episódios de forma a gravar em formato de vídeo (ideia dos próprios participantes).

Em cada um desses episódios fui instigando os professores a falar sobre sua trajetória no ciclo de alfabetização, formação docente, as dificuldades e vivências em sala de aula. Cada um dos convidados ao responder as perguntas iniciais do podcast encaminharam a conversa a sua forma, pois seus caminhos

²⁰Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601940/2/PRODUTO%20EDUCACIONAL.pdf>

se constituem de formas diversas, assim como a sua visão em relação a política de alfabetização no país.

Foi unânime entre os participantes do podcast a contrariedade da forma como o Tempo de Aprender está organizada, os professores manifestaram seu descontento com a falta de momentos de interação que essa formação oferece, bem como, o fato de ter mais uma tarefa cansativa e desmotivadora por se tratar de uma formação online.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir as leituras e análises entendo que o Tempo de Aprender se inclui em uma lógica que aponta para uma descontinuidade das concepções teóricas no campo da alfabetização, se inserindo em um campo de competições políticas, em que há uma disputa entre as concepções de aprendizagens e políticas de alfabetização como uma competição para ver quem é mais eficaz, apresentando que somente um caminho pode ser o correto a ser seguido. Assim, infringem o direito constitucional das escolas e dos professores de julgar quais metodologias elejam ser mais adequadas em seus ambientes de trabalho, além de construir uma representação de chancela um retrocesso para o campo da alfabetização, por conseguinte pouco contribui nas estratégias e ações dos professores.

Assim, o curso em análise Tempo de Aprender emerge como uma proposta de formação de professores, representativo de uma política educacional de alfabetização, marcado por um tempo e espaço histórico de retrocessos educacionais, em um campo de disputas travados por forças políticas neoliberais (KAPPI, MELLO, 2022 p. 281).

Percebi que se anuncia outros modos de constituir os corpos infantis dentro do espaço escolar, marcado por deslocamento em se tratando de como era conduzido anteriormente, me pergunto se essa nova maneira de conduzir os processos de alfabetização, assim como o trabalho docente, garantirá uma educação de qualidade? Ao planejar essas aprendizagens estão sendo consideradas e garantidas as diferenças de gênero, deficiências, classe social, relações étnicas?

A condução desses sujeitos, o governmentamento da infância, o governo da ação docente, todas essas conduções me fazem refletir que os sujeitos estão sendo governados por uma verdade absoluta, que não leva em conta as condições adversas e reduz a alfabetização a um único caminho. Ao pensar em governmentamento é importante evocar que “nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (FOUCAULT, 2008a, p. 164).

Nota-se principalmente que os discursos praticados nestes documentos buscam destacar a evidência científica dando uma visibilidade exacerbada que apaga conceitos muito propagado nas pesquisas de alfabetização elaboradas e discutidas no Brasil. É visível o poder/saber sendo operado nesses argumentos e normas contidos nas falas de cada um dos especialistas que compõem o GT que elaborou a PNA, fazendo com que sejam criadas novas verdades que geram efeitos na alfabetização.

Como resultado de tantos reveses de conceitos e metodologias, falar em retrocesso não seria o bastante para mencionar incalculáveis perdas que a PNA e o Tempo de Aprender buscam estabelecer. Me traz conforto pensar que nós professores e as Universidades não seremos um simples reprodutor de imposições como essas apresentadas, mas sim seremos capazes de pesquisar, confrontar e discutir novas maneiras de considerar a prática que valorize o conhecimento docente.

Entendo a ideia da produção do podcast como dar voz aos sujeitos, ouvir, discutir, compartilhar e principalmente permite levar isso de forma acessível, rápida e sem se tornar algo cansativo, visto que são áudios rápidos. Vislumbro a compreensão do produto- podcast como uma ferramenta de comunicação ampla, que envolve a informação e também a crítica, prática fundamentais para as ações educacionais.

Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos (BRASIL, 2018, p.65).

Dessa forma, compreendi que essa ferramenta poderia ser usada para produzir conhecimentos e disseminar essas ideias de maneira mais rápida e prática, levando a fala dos professores, levantando a voz e dando a esses sujeitos a potencialidade de expressar suas ideias e opiniões sobre a educação e alfabetização, mas especialmente sobre os desafios e dificuldades relacionadas a formação docente.

Como pesquisadora que me torno, confesso que esse foi o meu maior desafio, pois este estudo fora completamente diferente das outras investigações

que já pude participar, desde o início quando a pandemia dificultava o planejamento e as incertezas traziam uma angústia muito grande. Ao organizar o projeto até a sua finalização muitas foram as modificações que juntamente com minha orientadora tivemos que realizar pensando na melhor maneira de conduzir.

Finalizo a escrita desta dissertação e do produto considerando que minha pesquisa não se findou, mas sim que após a produção do produto as portas se abriram ainda mais para essa discussão. Falar sobre a desvalorização e a precarização docente aparecem assuntos que sempre pautarão encontros entre professores.

As ações marcadas por esse programa cercam o sujeito de várias formas, subjetivando a prática docente e são essas ações de governo que precisam ser discutidas sempre. Ainda sobre o podcast a ideia é que ainda possamos transformar em além de produto, uma ação de extensão.

REFERÊNCIAS

- AVELINO, Nildo. Governamentalidade e Anarqueogeologia em Michel Foucault. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25 nº 74 outubro/2010.
- BOLSON, Janaína Boniatti. Processos de subjetivação e docência contemporânea: a formação continuada de professores no Parfor. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Alfabetização infantil: os novos caminhos: relatório apresentado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Brasília/DF, 2003. Disponível em: < http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/alfabetizacao_infanti_novos_caminhos_os_gastao_vieira.pdf > Acesso em: 28 ago. 2021.
- BRASIL. Constituição (2020). Portaria Nº280, 19 de Fevereiro de 2020. Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-29-de-junho-de-2020-264244199> > Acesso em Mai 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CO N198> Acesso em Ago 2021.
- BRASIL. Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019a. Institui a Política Nacional de Alfabetização. 2019a. Diário Oficial da União, 11 abr. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm. Acesso em Mar 2021.
- BRASIL. Guia Geral do Pró-Letramento. Brasília: MEC/SEB, 2012a.10p.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em Mai 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, 2019b. Disponível em http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em 10 jun. 2020.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019a. Disponível: < http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf > Acesso em Mar 2021

BRASIL. Ministério da Educação. *Tempo de Aprender*. Formação continuada em práticas de alfabetização. Brasília: MEC, 2020. Disponível em <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em 15 mai. 2021

BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: formação do professor alfabetizador. Caderno de apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2015.72p. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 10, n. 2, p. 665-679, mai./ago. 2021 - ISSN 2238-8346678. Disponível em:< <https://wp.ufpel.edu.br/obeducpacto/files/2019/08/Caderno-de-Apresentacao-1.pdf>> Acesso em Jul 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília. MEC, SEALF. 2019b, 54p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf . Acesso em Jul 2021.

BRASIL. Portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012b. Brasília: 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 2012b. Diário Oficial da União, 05.06. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11125-05072012-portaria-867&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: Mar 2021.

BRASIL. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores: Alfabetização e Linguagem. Caderno de apresentação. Brasília: MEC/SEF, 2008.151p.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil. O longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 10ª Edição, Edições Loyola, São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. A Sociedade Punitiva. 3ª edição. São Paulo. WMF Martin Fontes, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.277-293.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Epígrafe. Revista Vernáculo, [S.l.], n. 1, abr. 2000. ISSN 2317-4021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/17425/11428>>. Acesso em: 14 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. (Org.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder: Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: MOTTA, Manoel Barros de (org.). Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos IV).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.
INEP. Relatório do 2o ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação — 2018. Brasília: Inep, 2018a.

KAPPI, Ramona Graciela Alves de Melo, MELLO, Darlize Teixeira de. O Tempo de Aprender e os Embates Políticos e Conceituais. Revista Teias v. 23 • n. 71 • out./dez.2022.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação In: SILVA, T. T. (org.) O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis Vozes, 2008, p.35-86.

LENHARO, Rayane Isadora; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. Podcast, participação social e desenvolvimento. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 307- 12 335, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000100307&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 dez. 2022.

LIPSUCH, Graciele. Políticas De Avaliação Para Alfabetização No Brasil E A Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Novos (Velhos) Mecanismos De Controle E Responsabilização. 2020. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, Irati, 2020.

LOKCMANN, Kamila. A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal. Porto Alegre, 2013. 317 f Tese (Doutorado em Educação). UFRGS. Porto Alegre, 2013.

LOPES, Denise Maria de Carvalho. Considerações sobre a Política Nacional de Alfabetização. Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p. 86-90, jul./dez. 2019.

LOPES, Rodrigo T. D. Monumento e genealogia: notas sobre Michel Foucault. Revista Nucleus, v.2, n.1, abr./out. 2004. Disponível em: <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/viewFile/412/468>. Acesso em: 23 de ago. 2022.

MACHADO, Rosimar Isidoro. A tríade Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA como um Fluxo Biopolítico Circular que gerencia a alfabetização no Brasil. 2018. 137

f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande - RS, 2018.

MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. Autoajuda e educação: uma genealogia das antropotécnicas contemporâneas. 2012. 491 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MATIAS, Andrea Maria. Programa Acelera Brasil: discursos de verdade, regulação e desprofissionalização docente. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

MORTATTI, M. do R. L. Brasil, 2091: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. Revista Olhares, v.7, n.3, p.17-51, 2019.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 44, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000200009&script=sci_arttext>.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Brasil, 2091: notas sobre a política nacional de alfabetização. Revista Olhares: REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – UNIFESP, Guarulhos, v. 7, n. 3, p. 17-51, nov. 2019.

NOGUEIRA, Gabriela Medeiros, LAPUENTE, Janaína Soares Martins. “Tempo de Aprender”: uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores

PETERS, Michael. Pós-estruturalista e filosofia da diferença. Belo Horizonte, Editoria Autêntica, 2000.

PNA, Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p. 1.

POSSA, Leandra Boer.; BRAGAMONTE, Patricia Luciene de Albuquerque. Uma possível arte de governar a formação de professores alfabetizadores. Revista Ibero Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 1050-1065, jul./set., 2018. E-ISSN:1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v13.n3.2018.11134

Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, 26: e214933, 2021.

ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SANTAIANA, Rochele da Silva. SILVA, Veronice Camargo, GONÇALVEZ, Laila Naymaer, Governo Da Infância: Uma Análise Da Base Nacional Comum Curricular Da Educação Infantil. Revista Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 1183-1203, ago./ago., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTAIANA, Rochele da Silva; SILVA, Veronice Camargo da. Educação integral e tempo integral: a constituição de uma subjetividade preventiva. Revista Eletrônica Pesquiseduca: Revista do Programa de Educação - Universidade Católica de Santos, Santos, v. 12, p. 519, nov. 2020.

SOUZA, Tatiana Palamini. O Trabalho Docente e os Programas de Formação Continuada para Professores Alfabetizadores. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2015.

SOUZA, Thamara Maria de. A avaliação nacional da alfabetização e a prática docente no bloco inicial de alfabetização: estudo de caso na rede pública do Distrito Federal. 2019. 205 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

TEIXEIRA, Liziana Arâmbula; SILVA, Thaise da. Programas de Formação de Professores Alfabetizadores: do PROFA à Política Nacional de Alfabetização-PNA. Revista Educação e Políticas em Debate, [s. l], v. 10, p. 665-679, ago. 2021. Semanal

TEIXEIRA, E. C.O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2002. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 26 nov 2014.

Veiga-Neto, Alfredo. Governo ou Governo. Currículo sem Fronteiras, v.5, n.2, pp.79-85, Jul/Dez 2005. Disponível em:
<<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>.>
>Acesso em Ago 202.

VEIGA-NETO, Alfredo. Na Oficina de Foucault. GONDRA, José, KOHAN, Walter. Foucault 80 anos. Belo Horizonte, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla. EDUCAR COMO ARTE DE GOVERNAR. Currículo Sem Fronteiras, [s. l], v. 11, n. 1, p. 5-13, jun. 2021. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org >Acesso em Jul 2021

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla. Educar como arte de governar. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.1, p.5-13. 2011.

VIEGAS, Elis R. dos Santos, REBOUÇAS, Virgília Margarida. As políticas de alfabetização no Brasil no contexto do ensino fundamental: aspectos normativo-legais. Universidade Federal da Grande Dourados. 2018, p.144. Disponível em:
<<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/480>>. Acesso em Jul 2021.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa de mestrado, intitulada Política Nacional de Alfabetização: Governando os tempos de aprender”. A pesquisadora responsável por essa pesquisa é Paula Etyele Barros de Sousa sob a supervisão da orientadora Prof^a Dr^a Rochele da Silva Santaiana, que pode ser contata no telefone: (55) 996758426, endereço cito rua Jorge José Boabaid, 188 Saint Pastous Município de Alegrete-RS e e-mail: pbarrosdesousa.pbs@gmail.com.

Será realizada gravação do podcast formato áudio, tendo como objetivo da pesquisa visa investigar e reconhecer as estratégias lançadas pelo programa Tempo de Aprender que podem gerar o governo da formação docente e como objetivos específicos: conhecer as discursividades instituídas pela política nacional da alfabetização e que sustentam as ações instituídas no Programa Tempo de Aprender; analisar que estratégias de governo são operadas pelo programa Tempo de Aprender inserido da Política Nacional de Alfabetização; evidenciar através dos documentos do Tempo de Aprender as formas de subjetivação que irão procurar governar a ação docente; apresentar por meio de uma ferramenta contemporânea uma discussão sobre alfabetização e o programa Tempo de Aprender.

Para tal esta pesquisa parte-se de um problema inicial: Como a Política Nacional de Alfabetização pode estar constituindo estratégias de governo da formação docente por meio do programa Tempo de Aprender?

Justifica-se o estudo por integrar um conjunto de ações que se voltam as docentes da Educação Básica de todo país. Poderão ser previamente agendados a data e horário para a gravação dos episódios do podcast, utilizando o Studio de gravação e transmissão. Esses procedimentos ocorrerão na Rádio Tendência na cidade de Alegrete.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão poder participar de um momento de discussão, troca de experiências e aprendizados.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão a pesquisadora Paula Barros e orientadora Prof^a Dr^a Rochele Santaiana.

Você/Sr./Sra. poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo despesa e constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para usar suas informações na produção de artigos técnicos e científicos, aos quais você poderá ter acesso. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

() Permito a minha identificação e uso de imagem nos resultados publicados da pesquisa;

Todos os registros da pesquisa estarão sob a guarda do pesquisador, em lugar seguro de violação, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos, após esse prazo serão destruídos.

Este termo de consentimento livre e esclarecido possui 1 página e é feito em 02 (duas) vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa.

Em caso de dúvida contatar a pesquisadora pelo telefone (55) 996758426 ou por e-mail: pbarrosdesousa.pbs@gmail.com

Nome do participante: _____

Assinatura participante da pesquisa/responsável legal: _____

Assinatura pesquisadora: _____